

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

José Almir Sansão de Alcantara Filho

O Embate entre Militares Nacionalistas e Liberais no Exército Brasileiro no
Período de 1945 a 1954

Mestrado em Ciências Sociais

São Paulo
2020

José Almir Sansão de Alcantara Filho

O Embate entre Militares Nacionalistas e Liberais no Exército Brasileiro no
Período de 1945 a 1954

Mestrado em Ciências Sociais

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Ciências Sociais, área de concentração: Ciências Políticas, sob a orientação do Prof. Dr. Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida.

São Paulo

2020

347 Alcantara Filho, José Almir Sansão de
O Embate entre Militares Nacionalistas e
Liberais no Exército Brasileiro no Período de 1945 a
1954 / José Almir Sansão de Alcantara Filho. -- São
Paulo: [s.n.], 2020.
81p ; cm.

Orientador: Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) --
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências
Sociais, 2020.

1. Exército e Vargas. 2. Nacionalismo e
liberalismo econômico. 3. Exército e Revolução de
1930. 4. Exército e Clube Militar. I. Rodrigues de
Almeida, Lúcio Flávio. II. Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós
Graduados em Ciências Sociais. III. Título.

Banca Examinadora

Autorizo a reprodução e divulgação total deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Agradecimentos

Concluir um trabalho acadêmico é uma longa e desafiadora jornada. Ao ingressar num programa de mestrado, o discente percebe logo que deve mudar a forma com que se relaciona com o aprendizado. Se antes, enquanto graduado, sua “missão” consistia em compreender uma pequena parcela do conhecimento humano e aplicá-la a problemas concretos, sem maiores críticas, agora tudo muda. É necessário daí em diante: questionar, comparar, analisar, criticar, enfim, ganhar autonomia. É preciso não se render ao argumento de autoridade, mas à autoridade do argumento. Isso não é nada trivial.

E certamente seria uma transformação impossível de se realizar se não houvesse o orientador a iluminar os caminhos, a acreditar no projeto e a compartilhar um pouco de sua vasta sabedoria. Então, agradeço muito ao estimado Prof. Dr. Lúcio Flavio Rodrigues de Almeida, que cumpriu com perfeição esse papel tão decisivo. Nas diversas sessões de orientação, sempre pude contar com sua análise holística, precisa e criativa. Mostrava o caminho, desatava os nós, removia as barreiras, e o fazia sempre com muito interesse no nosso aprendizado e com fina educação. Agradeço aos demais professores com quem obtive valiosas orientações em aulas e na banca de qualificação. Essas diversas contribuições foram se constituindo num rico aprendizado que fez o esforço valer a pena.

Agradeço a minha família, sobretudo a minha esposa, Ana Flávia, que sempre me apoia e me ajuda em todos os momentos da vida. Ela, sendo uma importante Doutora Acadêmica, me inspirou a empreender este que, para mim, foi um grande desafio. A meus pais, Liduina e José Almir que imigrantes que eram, começando a vida praticamente do zero, se sacrificaram para que seus filhos tivessem uma vida digna, além de serem pais amorosos, pacientes e por quem sinto infinito orgulho e gratidão!

Não se faz nada sozinho, somos o resultado de múltiplas determinações que nos moldam. Sinto claramente que as mãos visíveis de todas essas pessoas queridas viabilizaram a conclusão desse trabalho.

Aproveito para saudar a PUC-SP, pela excelente qualidade do ensino, pela estrutura oferecida aos estudantes e pelo apoio prestado pelas muitas pessoas que ali trabalham, nas suas diversas funções: corpo docente, secretaria do programa, biblioteca, sala de meios auxiliares, entre outras. É uma Universidade que contribui em muito para o desenvolvimento da ciência e da cultura de nosso Brasil.

*Quis criar a liberdade nacional na potencialização das
nossas riquezas através da Petrobras, mal começa a
funcionar a onda de agitação se avoluma. A
Eletrobras foi obstaculizada até o desespero. Não
querem que o trabalhador seja livre. Não querem que
o povo seja independente.*

Presidente Getúlio Vargas

(Trecho da “Carta-Testamento”, 24/08/1954).

*A primeira necessidade estava, desde logo, em
restabelecer as condições que permitiam ao
imperialismo exercer a espoliação através da simples
troca de mercadorias.*

General Nelson Werneck Sodré

(“História Militar do Brasil”, 2ª Edição. 2010, p. 358 –
1ª Edição: 1965).

*O que desejamos e aspiramos é um Brasil que
satisfaça com os seus próprios meios suas
necessidades de defesa. Um Brasil industrial que dê
navios mercantes e de guerra aos seus marinheiros,
aviões a seus aeronautas, canhões e carros de combate
aos seus soldados. Se isto é crime, se o que nos
apontam os censores é a dependência crescente da
nação, não os acompanhamos e, mais, os combatemos.
Não há de ser com o nosso consenso que se alienem
parcelas da soberania nacional, nem se alijem nossas
perspectivas de futuro vigoroso.*

General Newton Estillac-Leal, Ministro da Guerra

(Trecho do discurso proferido no almoço de
confraternização das Forças Armadas, em 05/01/1951).

ALCANTARA FILHO, J. A. S. de. **O Embate entre Militares Nacionalistas e Liberais no Exército Brasileiro no Período de 1945 a 1954**. 2020. 81 fls. Dissertação – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. PUC-SP, 2020.

Resumo

Antes da 1ª Guerra Mundial, da Revolução Russa e da Crise de 1929 prevalecia no Ocidente a ideologia liberal no plano da economia política internacional. Esses processos históricos enfraqueceram a crença reinante, o que levou diversos países à busca de alternativas. Setores sociais que não estavam contemplados na ordem, até então vigente, tomaram a iniciativa de políticas com viés nacional-desenvolvimentista. No Brasil, a Revolução de 1930 e sua evolução para o Estado-Novo (1937-1945) ilustram esse movimento, no qual o Estado, sob a direção de Getúlio Vargas, foi ocupando papel central como planejador, organizador e executor na economia (BASTOS, 2012). Importa destacar que o Exército Brasileiro foi a principal força política de apoio ao regime nessa etapa. Depois, a queda do Estado Novo coincide com um período de forte mobilização política, em que no Exército se enfrentam intensamente duas correntes: uma nacional-desenvolvimentista, próxima de Getúlio Vargas, e outra econômica-liberal, a ele opositora. Este trabalho se ocupa do período de 1945 a 1954, que tem como marcos, respectivamente, a deposição e o suicídio do Presidente Getúlio Vargas. Propõe-se a avaliar hipóteses sobre as motivações dos militares liberais, considerando que a doutrina que representam, à primeira vista, se põe em contradição com o projeto de autonomia supostamente buscada pelo Estado e, por extensão, de seu aparelho militar. O problema é analisado com base no quadro explicativo dos conceitos de: imperialismo (HOBSON, 1904), dependência (GUIMARÃES, 2006), Estado (POULANTZAS, 1977), nacionalismo (ALMEIDA, 2014) e mentalidade militar (HUNTINGTON, 1986). Os métodos empregados são o hipotético-dedutivo, o histórico e o monográfico (PRODANOV e FREITAS, 2013), aplicados a um tema específico de discussão: a política em relação ao petróleo e à Petrobras. Esta é uma questão central que dividiu “nacionalistas” e “liberais”, com implicações no plano político-estratégico-militar.

Palavras-chave: Exército e Vargas; Nacionalismo e liberalismo econômico; Exército e Revolução de 1930; Exército e Clube Militar.

Abstract

Before the 1st World War, the Russian Revolution and the 1929's Crisis prevailed in the Occident the liberal ideology regarding the international political economy. These historical processes weakened the ruling beliefs, what led several countries to search for alternatives. Social sectors that were not included in the order, as yet in practice, took the lead for policies with a national-expansionist character. In Brazil, the 1930s Revolution and its evolution to the New-State (1937-1945) illustrate that trend, in which the State, under the conduction of Getúlio Vargas, was assuming the central role as planner, organizer and executor in the economy (BASTOS, 2012). Important is to highlight that the Brazilian Army was the major political force supporting that current regime. After that, the fall of the New State brings a period of strong political mobilization in which two groups in the Army intensely faced each other: one national-expansionist, close to Getúlio Vargas, and another one, the economic-liberal, opposed to him. This work study the period of 1945 to 1954, which has as marks, respectively, the President Getúlio Vargas' deposition and suicide. It proposes to evaluate hypothesis regarding the liberal military motivations, considering that their doctrine, at first, poses in contradiction with the autonomy project supposedly pursued by the State and, by extension, its military apparatus. The problem was analysed based on the explanatory chart of concepts as: imperialism (HOBSON, 1904), dependency (GUIMARÃES, 2006), State (POULANTZAS, 1977), nationalism (ALMEIDA, 2014) and military thinking (HUNTINGTON, 1986). The methods used are the hypothetical-deductive, the historical and the monographic (PRODANOV; FREITAS, 2013) which were applied to a specific discussion theme: the politics related to petrol and Petrobras. This is a central question that divided "nationalists" and "liberals", with implications on the political-estrategic-military plan.

Keywords: Army and Vargas; Nationalism and economic liberalism; Army and 1930s Revolution; Army and Military Club.

Lista de Abreviações e Siglas

ABL	Academia Brasileira de Letras
ANL	Aliança Nacional Libertadora
ANMVAP	Associação Nacional de Máquinas Veículos, Acessórios e Peças
CEDPEN	Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNP	Conselho Nacional do Petróleo
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
ESG	Escola Superior de Guerra
EME	Estado-Maior do Exército
EUA	Estados Unidos da América
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FEB	Força Expedicionária Brasileira
ISEB	Instituto Superior de Estudos <i>Brasileiros</i>
MMF	Missão Militar Francesa
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizado Industrial
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UDN	União Democrática Nacional
USP	Universidade de São Paulo

Sumário

INTRODUÇÃO	11
Apresentação do Tema de Pesquisa.....	11
Métodos, Hipóteses e Formulação do Problema de Pesquisa	15
Organização da Dissertação e Procedimentos Empíricos.....	17
CAPÍTULO I – DA REVOLUÇÃO DE 1930 AO SUICÍDIO DE GETÚLIO VARGAS	19
1.1 – Antecedentes da Revolução de 1930.....	19
1.2 – As Revoltas Tenentistas	21
1.3 – O Primeiro Governo Vargas: 1930 a 1945	22
1.4 – A Perda de Apoio Militar ao Estado Novo e a Deposição de Vargas	27
1.5 – O Governo Dutra: 1946 a 1950	28
1.6 – O Segundo Governo Vargas: 1951 a 1954.....	30
CAPÍTULO II – O DEBATE ECONÔMICO NO BRASIL NO PERÍODO 1930 A 1964	34
2.1 – Nacionalismo	37
2.2 – Internacionalização e Transnacionalização do Capital.....	38
2.3 – Guerra Híbrida.....	41
2.4 – Debate entre Gudin e Simonsen	42
2.5 – Críticas ao Neoliberalismo em Países Não Desenvolvidos	45
CAPÍTULO III – A LUTA POLÍTICA NO EXÉRCITO ENTRE “NACIONALISTAS” E “LIBERAIS”	48
3.1 – Mentalidade Militar	48
3.2 – Militares e Política no Brasil	50
3.3 – Doutrina de Segurança Nacional	53
3.4 – O Clube Militar e o Debate entre Nacionalistas e Liberais	55
CAPÍTULO IV – O DEBATE SOBRE PETRÓLEO NO EXÉRCITO BRASILEIRO: 1945 A 1954	58
4.1 – A Importância Geopolítica e Econômica do Petróleo	58
4.2 – Marechal Juarez Távora: Líder Ideológico do Partido Liberal.....	60
4.3 – General Horta Barbosa: Líder Ideológico do Partido Nacionalista.....	62
4.4 – A Luta pelo Petróleo no Brasil e a Criação da Petrobrás	63
V – RESULTADOS E DISCUSSÃO	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	77

INTRODUÇÃO

Apresentação do Tema de Pesquisa

A experiência de cada povo favoreceu interpretações particulares sobre a natureza do sistema capitalista e das suas tendências. Segundo Gilpin (1987, p. 25), a Economia Política Internacional, que trata da mútua relação entre política e economia no âmbito internacional, se divide em três grandes perspectivas: a liberal, a nacionalista e a marxista. Para o objetivo desse trabalho, são consideradas as duas primeiras.

Na perspectiva liberal, supõe-se que o livre-mercado constitui a forma mais eficiente de organização econômica. Idealmente, há pouca intervenção estatal, ampla liberdade dos agentes econômicos e os preços são estabelecidos pela lei da oferta e da procura. Os liberais acreditam que política e economia são campos separados, com lógicas distintas. Na perspectiva nacionalista, supõe-se que há uma mútua relação entre poder e riqueza. Os nacionalistas aceitam sacrifícios econômicos no interesse da segurança militar e da prosperidade no longo-prazo (GILPIN, 1987, p. 26-34).

É evidente que cada perspectiva cobre um amplo espectro de teorias, que mantém, em linhas gerais, um certo compromisso com os pressupostos apresentados.

Feita essa introdução sobre as múltiplas visões da forma como funcionam e interagem a economia e a política, frequentemente, há uma luta entre os defensores das diferentes ideologias, às quais se vinculam interesses concretos dos agentes sociais.

No Brasil, no período de 1945 a 1964, o Exército se tornou o centro das lutas políticas com relação a grandes questões sobre o desenvolvimento nacional. Os debates ocorreram de modo mais explícito no Clube Militar – uma Associação de Oficiais do Exército, sediada no Rio de Janeiro – que se apresentou como um espaço viável para manifestações políticas de militares (PEIXOTO, 1980, p. 71-74).

Nesse período, houve um embate intenso entre dois grupos no Exército. De um lado os “Nacionalistas”, apresentando um projeto desenvolvimentista, requerendo uma importante participação do Estado na economia. Do outro a “Cruzada Democrática”, consolidada a partir de 1952, mas que desde antes atuava politicamente, apresentando um projeto econômico liberal,

com menos restrições à participação do capital estrangeiro na economia nacional. A corrente nacionalista era “[...] a favor da intervenção do Estado nas políticas públicas para reforçar a independência nacional” (AFFONSO, 2014, p. 34). A corrente liberal era a favor da diminuição do papel do Estado no cenário político, da ampla abertura econômica ao capital estrangeiro e do alinhamento aos Estados Unidos da América (EUA) (DHENIN; RODRIGUES, 2017, p. 34).

O Clube Militar já tinha sido importante em certos episódios, como a “Questão Militar” e a Campanha Abolicionista no final do Período Monárquico, e continuou politicamente ativo no Período Republicano. No imediato pós-Guerra, o Clube protagonizou as discussões sobre temas como a Campanha do Petróleo, a Guerra da Coreia e a política com relação ao capital estrangeiro (DHENIN; RODRIGUES, 2017, p. 33). À época, o Exército era um ator central na política do país. Dizia-se que os debates ocorridos no Clube Militar eram de grande relevância para sondar o apoio político do governo junto àquela Força Armada (SILVA, 2018, p. 80).

Diante do contexto exposto, propõe-se compreender a importância do tema desta pesquisa a partir das seguintes considerações:

A primeira é que o nacionalismo é um assunto muito caro ao Exército Brasileiro, como o é para as Forças Armadas de qualquer Estado soberano. Sendo essa Instituição incumbida da defesa do Estado Brasileiro contra ameaças internas e externas, a forma como se compreende o nacionalismo pode definir a política de defesa do país. As distintas perspectivas de Economia Política vão influenciar, no caso concreto, a política do Estado no nível estratégico, suas alianças e os cenários de conflitos diplomático e militar.

Nos termos da Economia Política, uma visão nacionalista levaria o Exército, no limite, a se preparar para um conflito contra potências imperialistas e a buscar, autonomamente, os recursos materiais, tecnológicos e doutrinários para a guerra. Uma visão liberal legitimaria o Governo e os aparelhos do Estado como as Forças Armadas a se aliarem a certas potências para ter acesso a recursos tecnológicos, doutrinários e apoio diplomático. Em contrapartida, tal aliança limitaria os objetivos estratégicos nacionais, uma vez que o bom relacionamento com as potências aliadas teria que constituir premissa da política do Estado (CAVAGNARI FILHO, 1987, p. 59).

A segunda, ao focar no Exército Brasileiro, reconhece-se que, ao longo de sua história, essa Instituição foi decisiva na solução de crises políticas vividas pelo país. A Força Terrestre tem sido a mais relevante, do ponto de vista político, entre as Forças Armadas brasileiras. Os outros ramos assumiram, em geral, papel secundário nas crises nacionais (CARVALHO, 2006,

p. 62). A Marinha de Guerra, por exemplo, sofreria de um certo “complexo de 93”, isto é, algo como um trauma de se imiscuir de modo independente na política interna do país, desde os eventos da década de 90 do século XIX, quando foi derrotada pelo Exército (SILVA, 1984, p. 33).

Esse fato – a proeminência política e militar da Força Terrestre – pode ser explicado pela própria natureza do Exército, que ocupa e controla todo o território nacional e que tem um efetivo muito maior do que o das outras Forças Singulares somadas (CAVAGNARI FILHO, 1987, p. 85). Tal constatação não descarta a possibilidade de analisar as instituições congêneres, porém, por motivo de foco, esse estudo se dedica exclusivamente ao Exército.

Outra consideração é quanto à escolha do período de 1945 a 1954. A justificativa está no fato de que foi nesse íterim que se travou, de modo dramático, a luta política no Exército entre duas alas – a liberal e a nacionalista – culminando com o ultimato militar ao Presidente Vargas e o suicídio deste personagem singular (PEIXOTO, 1980, p. 88-101).

Vale mencionar que o debate do nacionalismo econômico não era relevante para o Exército antes de 1930. No entanto, a partir dessa década, especialmente no Estado Novo (1937-1945), ganhou força na sociedade brasileira e, particularmente no Exército, uma visão política antiliberal (SILVA, 2018, p. 71-72).

Depois, com a vitória dos Aliados na 2ª Guerra Mundial e o avanço da hegemonia dos EUA pelo Ocidente, a ideologia liberal foi retomando o terreno perdido no Brasil. Um fato imprescindível para a constituição de uma vanguarda liberal no Exército Brasileiro foi a convivência de militares do país com militares estadunidenses durante a 2ª Guerra Mundial. Esses militares que participaram da FEB, ao retornarem para o Brasil, constituíram uma corrente liberal, americanófila, que se contrapôs à corrente antiliberal e nacionalista, até então hegemônica. O embate entre as alas vai se intensificar e assumir um resultado dramático com o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954 (PEIXOTO, 1980, p. 81-82).

O Exército brasileiro encontrava-se completamente despreparado para o conflito, não tinha sequer uniforme adequado para o inverno rigoroso do teatro de operações europeu, não tinha alimento, armamento, munição e treinamento, por exemplo. Mas contaram com o suporte material dos EUA para a Força Expedicionária Brasileira (FEB) (OLIVEIRA, 1987, p. 55-57).

Silva (1984, p. 99) lembra que os Oficiais escolhidos para integrar a FEB eram justamente os opositores de Getúlio e do Estado-Novo. O regime tinha preocupação em manter,

em postos chave no Brasil, Oficiais confiáveis para agir em defesa do governo em casos de tentativas de golpe de Estado.

São muitos os estudos sobre a luta política em questão, sob diferentes aspectos, dentre os quais, por oportuno, destacam-se:

Em “História Militar do Brasil”, Sodré (2010¹) analisou a história do Exército Brasileiro desde sua origem colonial até as vésperas de 1964. No capítulo “Fase Nacional”, pós 1930, desenvolveu uma análise das transformações política, econômicas e sociais que precipitaram a Revolução de 1930 e seus desdobramentos. Evidenciou, também, os interesses internacionais e de classe que enredaram o Exército, dividindo-o em pelo menos dois grupos antagônicos – com ideologias político-econômicas opostas entre si.

Na obra coletiva “Os Partidos Militares no Brasil” foram apresentados diferentes temas que tiveram em comum o tratamento do Exército como uma “força política” que apresenta contradições internas. Os autores Rouquié et al. (1980) utilizaram o conceito de “partido militar”, isto é, dentro das Forças Armadas se articulariam interesses e percepções ideológicas que funcionariam como verdadeiros partidos políticos, embora adaptados à especificidade de operarem em uma Instituição que se apresenta como apartidária. Esses autores reagiram à interpretação que enxergava o Exército como ator político como bloco.

Saes (2015), na obra “O Desenvolvimento Brasileiro Segundo a Visão Militar 1880-1945”, vinculou o Exército ao desenvolvimentismo, com raízes no Governo de Floriano Peixoto. Esse trabalho reforça a premissa adotada nesta dissertação, de que o liberalismo econômico, tal como defendido por um setor militar, na época investigada, se extremou da tradição que vinha se consolidando no Exército Brasileiro.

É oportuno mencionar a obra “Militares e Política no Brasil”², com destaque ao capítulo “Projeto Nacional e Politização das Forças Armadas, 1944-1964”, de autoria de Silva (2018), por revelar a contemporaneidade do tema e reconstituir as gestões da Presidência do Clube Militar no período em que o debate entre “nacionalistas” e “liberais”, pautando a disputa política interna no Clube, no Exército e no Governo.

Quanto ao objetivo desta dissertação, o que se pretende abordar é um aspecto específico desse problema maior, caracterizado pelo embate entre os dois partidos militares: **O que explicaria ter surgido e se desenvolvido, no Exército Brasileiro, um partido em defesa de**

¹ A primeira publicação é de 1965.

² Esta obra é uma coletânea de textos de vários autores.

um projeto econômico liberal, convergindo com interesses de empresas multinacionais e de governos estrangeiros?

Para tal questionamento, destacam-se duas premissas:

- A “mentalidade militar” é antiliberal (HUNTINGTON, 1996, p. 77-81). Em tese, o nacionalismo econômico seria mais coerente com a visão militar.
- O liberalismo econômico já havia demonstrado suas contradições, quer pelas Guerras Mundiais travadas entre as Nações do núcleo do capitalismo, pelas crises econômicas ou pelo imperialismo sofrido nos países periféricos.

Com vistas a responder a essa pergunta, foram definidos os métodos e os procedimentos descritos a seguir:

Métodos, Hipóteses e Formulação do Problema de Pesquisa

De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 24-39), o trabalho científico pode ser realizado segundo alguns métodos de abordagem e procedimento. A primeira categoria trata das bases lógicas da investigação, dividindo-se em: dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico. A segunda categoria trata dos procedimentos técnicos a serem utilizados pelo pesquisador de acordo com a área do conhecimento, dividindo-se em: histórico, experimental, observacional, comparativo, estatístico, clínico e monográfico.

Nesta pesquisa são empregados o método hipotético-dedutivo como abordagem e os métodos monográfico e histórico como procedimento.

O método hipotético-dedutivo consiste em formular hipóteses para um determinado problema e testá-las. É considerada uma abordagem superior à indutiva e à dedutiva, porque essas são criticadas por parcela da comunidade científica por se apresentarem como, respectivamente, arbitrárias – na passagem do particular para o geral, e tautológicas – por nada acrescentarem ao conhecimento já existente, na visão dessas correntes. Os métodos dialético e fenomenológico constituem abordagens mais complexas. Já o método hipotético-dedutivo, se apresenta como uma solução adequada para os propósitos desta dissertação, por questões de simplicidade, eficácia e credibilidade.

Nessa abordagem, ao ser identificada uma lacuna no conhecimento, são propostas hipóteses – possíveis respostas às perguntas formuladas quanto ao objeto de pesquisa. São conjecturas lançadas para “[...] explicar ou prever aquilo que despertou nossa curiosidade intelectual ou dificuldade teórica ou prática. No oceano dos fatos, só aquele que lança a rede das conjecturas poderá pescar alguma coisa” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 98).

Essas perguntas condicionam a análise, pois um texto “[...] não fala senão quando se sabe interrogá-lo” (BLOCH, 2002, p. 7-8), pois são as questões que condicionam o objeto e não o oposto, e assim: “Cada época elenca novos temas, que no fundo, falam mais de suas próprias inquietações e convicções do que de tempos memoráveis [...]”.

As hipóteses para o problema exposto, qual seja, das razões para emergência de um partido liberal no Exército Brasileiro, no período em questão, seriam as seguintes:

- Os militares liberais temiam a reação do imperialismo contra o Estado brasileiro, caso o país adotasse políticas “nacionalistas”.

- Os militares liberais eram porta-vozes de frações de classes sociais, cujos interesses se apresentavam na forma de princípios econômicos liberais.

Quanto aos métodos de procedimento para verificar essas hipóteses, Prodanov e Freitas (2013) os dividem em:

- Histórico: Estuda como os acontecimentos ou as instituições se desenvolveram, no passado, para verificar sua influência na sociedade de hoje; é tipicamente aplicado em estudos qualitativos.

- Experimental: Estuda o comportamento do objeto com respeito a determinadas variáveis controladas. É um método tipicamente empregado nas Ciências Naturais; enquanto que no campo das Ciências Sociais, há muitas restrições éticas e técnicas.

- Observacional: O cientista observa sem controlar as variáveis. É muito empregado em Ciências Sociais, ainda que em complementação a outros métodos.

- Comparativo: É centrado nas semelhanças e nas diferenças entre indivíduos, grupos, entidades, processos, entre outras. É considerado um método relativamente superficial por alguns críticos.

- Estatístico: Consiste na aplicação de técnicas de avaliação de probabilidades, com emprego, sobretudo, em análises quantitativas.

- Clínico: Aplicado principalmente em estudos de Psicologia e baseia-se numa relação profunda entre pesquisador e pesquisado.
- Monográfico: Estudo de um caso em profundidade, examinando todos os fatores que o influenciam. Analisa esse caso em todos os seus aspectos, supondo que o caso investigado seja representativo de muitos outros.

Dentre esses métodos de procedimento, o mais aplicável ao presente estudo é o método monográfico combinado com o método histórico. Propõe-se, portanto, examinar o objeto de estudo sob diversas perspectivas: política, econômica, social e militar, a fim de identificar o impacto de determinados fatos e processos e seus resultados. Os argumentos dos partidos em conflito são analisados à luz das diferentes perspectivas econômicas em debate naquela época, para além da instituição militar.

Organização da Dissertação e Procedimentos Empíricos

O trabalho constitui-se dos conteúdos especificados a seguir:

No Capítulo I é desenvolvida uma breve exposição da Revolução de 1930 e o período subsequente: antecedentes; transformações políticas, econômicas e sociais; e o seu impacto na organização do Exército. Esse processo histórico constituiu um divisor de águas na História do Brasil, especialmente quanto à organização política interna do país, ao fortalecimento do Exército e à contestação da ordem econômica-liberal, até então hegemônica. Destaca-se um panorama do contexto ideológico dos anos 1920 e 1930 no Brasil, e dos anos em que Getúlio Vargas esteve no poder: de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954. Trata-se de momentos e personagens singulares na História do Brasil, que ensejaram um quadro complexo de disputas políticas no período. Também é abordado o governo Dutra, de 1946 a 1950, quando importantes transformações no cenário internacional repercutiram no país e se intensificou a luta propriamente dita entre as duas correntes militares.

O Capítulo II apresenta uma breve introdução aos conceitos de nacionalismo e liberalismo econômico e temas correlatos como Estado, nacionalismo e internacionalismo. São apresentados os pontos principais do debate econômico travado entre neoliberais e desenvolvimentistas e nacionalistas e liberais, no Brasil, naquele período. Citam-se os

ideólogos de cada política e as instituições que lideravam, à época, a produção de conhecimento sobre a Economia Brasileira.

No Capítulo III é abordada a luta política entre militares liberais e militares nacionalistas, tendo como sede o Clube Militar. Discorre-se sobre o nacionalismo e seu significado para os partidos em luta, verificando as teorias desenvolvidas sobre os militares em geral e, em particular, do Exército Brasileiro, bem como sobre os dilemas permanentes, a relação com a classe dominante e os conflitos internos que marcaram a mentalidade específica dos militares brasileiros. Destaca-se o caráter “anticomunista” da Oficialidade, sua disposição de agir como “guardião” das instituições democráticas nacionais e sua preocupação permanente com a quebra da “hierarquia social” e militar.

No capítulo IV é desenvolvida a análise de um debate específico que se deu no contexto da disputa entre liberais e nacionalistas: o regime político-econômico do petróleo no Brasil e da Petrobras. Aborda-se a importância geopolítica e econômica do petróleo mediante análise dos argumentos levantados a favor ou contra cada projeto.

Após esses capítulos são apontados resultados e discussões, visando apresentar um balanço de tudo que foi discorrido e um exame das teorias apresentadas e dos fatos descritos, tendo por base as hipóteses delineadas para esta pesquisa. Por fim, as considerações finais, com inferências sobre o desenvolvimento desse trabalho e seus resultados.

CAPÍTULO I – DA REVOLUÇÃO DE 1930 AO SUICÍDIO DE GETÚLIO VARGAS

1.1 – Antecedentes da Revolução de 1930

O regime derrubado pela Revolução de 1930, a chamada “A República Velha”, se caracterizou pelo domínio das oligarquias paulista e mineira e pelo sistema político que ficou consagrado como “política dos governadores”. Nesse período, os chefes locais, usando de sua influência e poder, incluindo o chamado “voto de cabresto”, apoiavam deputados e senadores favoráveis ao governo central. Este, em contrapartida, se comprometia a não se imiscuir na política local, a não apoiar dissidências regionais (PINTO, 2016, p. 76-79).

Ao retomar esse contexto cabe um comentário específico sobre o governo do Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), pela singularidade de ter sido o único governante de origem militar em todo o período da República Velha, desde o governo de Prudente de Moraes (1894-1898). Dessa forma, não estava vinculado diretamente às oligarquias tradicionais. Além disso, há o fato de que foi, anos depois de exercer a Presidência da República, o pivô do Movimento Tenentista (iniciado com a Revolta de 1922).

A sua ascensão ao governo decorreu de uma dificuldade para o acordo entre as oligarquias paulista e mineira e do fato de contar com o apoio de Pinheiro Machado, político gaúcho e muito influente no Congresso e em vários Estados das regiões Norte e Nordeste. Pesou, ainda, a agressiva campanha de seu opositor, Rui Barbosa, ao ter usado como bandeira a oposição à classe militar, a chamada “Campanha Civilista”, o que levou a um envolvimento corporativo dos militares, unindo-se contra o “inimigo comum”. Seu governo teve como fato distintivo, do ponto de vista militar, a ocorrência de “Salvações”, isto é, o envolvimento de unidades do Exército nas lutas políticas locais, em favor de dissidências e, com isso, depondo determinados clãs e instituindo outros. Eventualmente, em lugares onde o clã no poder era muito impopular, não raro o Exército lutava ao lado de forças populares. Os governos civis da República Velha que se seguiram ao Marechal Hermes mantiveram esse instrumento de intervenção (PINTO, 2016, p. 86-90).

Voltando ao quadro geral da República Velha, do ponto de vista da estrutura econômica e das instituições políticas, havia uma crise da hegemonia agrário-exportadora. A quebra da Bolsa de Nova York, de 1929, o fracasso das políticas liberais e a rigidez do sistema político

levaram a movimentos contrários ao *status quo*. No final da década de 1920, foi criada a Aliança Liberal, congregando oligarquias dissidentes, setores da classe média e “Tenentes” – jovens Oficiais imbuídos da ideia de transformação política do país por meio da revolta militar (PINHEIRO, 1975, p. 13 e 57).

Em oposição ideológica ao pretense liberalismo da República Velha (liberal só no discurso), insurgiram-se ideais políticos de vários matizes, como é o caso do nacionalismo autoritário, vertente de direita caracterizada por: defesa de uma ordem autoritária, repulsa ao individualismo, apego a tradições e exaltação do papel do Estado na organização da sociedade (FAUSTO, 2001, n.p.).

Os “Tenentes” vinham se engajando em revoltas armadas ao longo da década de 1920 e foram militarmente derrotados, mas acumularam experiência. Constituíram a força militar decisiva para o sucesso da Revolução de 1930. A insatisfação da jovem Oficialidade residia tanto em questões corporativas como político-sociais mais amplas.

No regime da República Velha, os presidentes procuraram neutralizar as Forças Armadas por meio de uma política de cooptação das camadas superiores da instituição, em prejuízo não só dos oficiais subalternos e das praças, mas também dos investimentos na própria Força. O armamento e o treinamento estavam defasados em face das modernas nações industriais, bem como havia o fato de que os Presidentes da República desviavam o Exército de sua função de defesa externa para exercer a função de interventor na política local dos Estados, nas chamadas “Salvações” (COELHO, 2000, p. 84-87).

Ao mesmo tempo, os movimentos tenentistas constituíram a forma pela qual a pequena burguesia tentava mudar o sistema de representação política no país, totalmente moldado aos interesses da classe dominante agrária. Decorrente do processo de desenvolvimento econômico brasileiro, estava se constituído uma camada de setores médios, residentes nos centros urbanos, que não se via representada na República Velha. A lógica da “política dos governadores”, isto é, um pacto dentro da classe dominante que consolidava suas posições nos poderes federal e estadual, engessava as possibilidades de mudanças políticas (ROSA, 1976, p. 40-43).

É importante ressaltar que os Oficiais do Exército tinham origem social na pequena burguesia, pois a carreira militar constituía uma das poucas oportunidades para ascensão social desse segmento (SHULZ, 1994, p. 28).

1.2 – As Revoltas Tenentistas

No dia 09 de novembro de 1921, o Correio da Manhã, em sua primeira página, publicou uma carta “duramente insultuosa” à dignidade da Oficialidade do Exército, atribuindo sua autoria à Artur Bernardes. Este era o candidato à sucessão presidencial apoiado pelo Presidente da República, à época, e pelas oligarquias hegemônicas em São Paulo, Minas Gerais e pequenos Estados. Seu oponente, Nilo Peçanha, tinha o apoio dos Estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, na chapa “Reação Republicana”. Até acontecer esse episódio, o Exército estava fora das disputas eleitorais para a Presidência da República, porém, o Clube Militar promoveu uma análise da autenticidade da autoria da carta, concluindo que havia sido escrita por Bernardes. Essa acusação foi desmentida dois anos depois, mas o Clube não se mobilizou para punir os verdadeiros autores da carta ou para se retratar. As eleições se realizaram em março de 1922 e as juntas apuradoras deram vitória a Bernardes. O Clube Militar enviou Ofício ao Senado Federal, propondo a criação de um Tribunal de Honra para avaliar a lisura das eleições. Aprofundou-se o mal-estar entre as Forças Armadas e o candidato eleito. O Presidente da República, Epitácio Pessoa, tratou de transferir os Oficiais contrários a Artur Bernardes para locais distantes (TÁVORA, 1974, Volume 1, p. 111-114).

Em fins de maio daquele ano, um novo capítulo na crise se instaurou – o Presidente determinou que a Guarnição Militar de Pernambuco concentrasse tropas no local, com o objetivo velado de apoiar candidato de sua preferência à eleição do Estado. Os Oficiais, indignados com essa interferência, solicitaram apoio do Clube Militar, presidido pelo Marechal Hermes da Fonseca, que enviou Ofício ao Comando da Guarnição, solicitando que o Exército agisse em estrita observância com a lei, afirmando no documento que “[...] as situações políticas passam e o Exército fica” (ARRUDA, 2007, p. 95).

Em 5 de julho de 1922, o Presidente Epitácio determinou a prisão do Marechal Hermes, o que deu início à sublevação da Escola Militar e do Forte de Copacabana. Esses movimentos foram rapidamente debelados pelas tropas da Vila Militar que eram leais ao governo. Alguns revoltosos foram mortos heroicamente em combate desigual, mas muitos foram presos e ficaram aguardando julgamento na expectativa de serem condenados em, no máximo, dois anos e depois pudessem regressar ao Exército. Entrementes, houve decisão do Supremo Tribunal Federal concedendo *habeas corpus*, a fim de que os revoltosos respondessem em liberdade. Contudo, o Presidente Artur Bernardes pressionou o Judiciário para que os revoltosos fossem condenados a três anos, o que conduziria a sua expulsão do Exército (TÁVORA, 1974, Volume

1, p. 115-119). Já sem saída, os revoltosos retomaram a conspiração para deflagrar um novo movimento, em 05 de julho de 1924, o qual resultou a Coluna Miguel Costa-Carlos Prestes, que percorreu o interior do Brasil juntando forças militares rebeldes, principalmente do Rio Grande do Sul e de São Paulo (p. 139-143).

As rebeliões foram vencidas militarmente, mas a experiência preparou os “Tenentes” para uma ação vitoriosa na Revolução de 1930, quando este segmento se uniu taticamente às elites agrárias dissidentes de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, para finalmente refundar a República brasileira. Os Tenentes tinham o projeto de desenvolver o país, resolver os problemas sociais e modernizar as relações políticas. Para isso, entendiam que a democracia formal, como apregoada pela classe dominante agrária, seria um obstáculo e, portanto, havia a necessidade de criar um regime político centralizado. Na prática, consideravam que a propalada democracia formal se esvaziava em face da realidade concreta do país, em que a grande maioria da população vivia sob a dependência econômica de fazendeiros, em extrema precariedade. Dessa forma, uma das medidas mais urgentes a serem tomadas era justamente a reforma agrária (ROSA, 1976, p. 53).

1.3 – O Primeiro Governo Vargas: 1930 a 1945

Aos três dias do mês de outubro de 1930 sagrou-se vitoriosa a chamada Revolução de 1930 – um movimento que reuniu oligarquias estaduais dissidentes da política do “café com leite” e integrantes do Movimento Tenentista da década de 1920. Getúlio Vargas, candidato derrotado da eleição ocorrida meses antes, foi seu líder político e o General Góes Monteiro, o chefe militar do movimento armado (PINTO, 2016, p. 182-187).

Getúlio Vargas havia sido Governador do Rio Grande do Sul, de uma linha chamada “Castilhistas”, a qual procurava diversificar a economia do Estado. Já naquela oportunidade, como descreve Bastos (2012, n.p.), Vargas manifestava-se favorável ao nacional-desenvolvimentismo, em que se destacava o antiliberalismo, isto é, a constatação de que o livre mercado não era capaz de autorregular a economia.

Havia sido Ministro da Fazenda de Washington Luís e era Presidente do Estado do Rio Grande do Sul quando se candidatou às eleições presidenciais para 1930. Diante da ruptura do acordo entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais para “definir” a eleição, este último associou-se a outros Estados, tendo Getúlio Vargas como candidato a Presidente e João Pessoa,

da Paraíba, como candidato a Vice-Presidente. Concluída a eleição e vitorioso o candidato paulista Júlio Prestes, a chapa derrotada protestou contra fraudes, o que era a regra na República Velha, mas nada indicava que logo adiante haveria uma ruptura institucional (PINTO, 2016, p. 179-182).

Góes Monteiro concluiu o curso na Escola Militar de Porto Alegre, em 1909, tornando-se Aspirante a Oficial. De origem modesta, vindo do Estado de Alagoas, sempre foi autodidata e, portanto, estudou sozinho as táticas e as doutrinas do Exército alemão. Depois, em 1921, fez o curso da Missão Militar Francesa (MMF), cujos instrutores deixaram registros elogiosos a seu potencial na carreira. Combateu os revoltosos dos movimentos de 1922 e 1924 e foi leal ao governo até 1930, quando participou da conspiração, junto com Oswaldo Aranha, além de militares e políticos do Rio Grande do Sul. (COUTINHO, 1956, p. 3-8).

Assumiu a liderança militar da Revolução após apresentar, a Getúlio Vargas, a estratégia de guerra a ser executada, as chances de sucesso e o tempo previsto para total rendição das tropas governistas, entre outros pontos. Ao ser questionado por Getúlio sobre as suas motivações, já que o militar estava muito bem colocado no regime que iria derrubar, Góes Monteiro teria dito que no tempo em que esteve combatendo revoltas pelo país, incluindo a Coluna Miguel Costa-Prestes, pôde ver a profunda miséria do país e o atraso político-institucional. Viu companheiros de armas lutarem entre si, provocados pela manipulação de políticos inconsequentes. Embora fosse contrário à revolução, esperava que a República Velha caísse pelos seus próprios vícios. Finalmente, viu no movimento de 1930 a oportunidade histórica para impulsionar o destino do país (COUTINHO, 1956, p. 89-100).

As oligarquias dissidentes e os “Tenentes” constituíram os grupos em que se apoiava o Presidente Vargas no início do regime político instituído pela Revolução de 1930. Os políticos tradicionais, representando as oligarquias dissidentes, desejavam realizar mudanças relativamente pequenas, basicamente operando no nível político. Os “Tenentes”, por outro lado, desejavam “profundas transformações sociais”; uns e outros expressavam forças sociais diversas. Unia-os o propósito de tirar da oligarquia fazendeira do café, sobretudo de São Paulo, o domínio quase absoluto do Estado, que entravava o progresso das forças sociais emergentes (SODRÉ, 2010, p. 313-317).

Getúlio Vargas representou uma clivagem na História do Brasil: até 1930, predominava no país o culto ufanista às riquezas nacionais, a vocação agrícola da economia brasileira e, subentendida, a incapacidade dos nacionais de realizarem atividades econômicas complexas e de geração de maior valor agregado. Essa ideologia servia aos interesses de governos e

empresas estrangeiras, particularmente estadunidenses e europeias, e ao segmento econômico brasileiro vinculado aos negócios estrangeiros. Em contrapartida, Vargas propôs o desenvolvimento industrial e a superação da ideologia ufanista pela nacional-desenvolvimentista. Para tanto, deveria ser instalada no país a infraestrutura necessária para a produção de aço, petróleo e energia elétrica (BASTOS, 2012, n.p.).

A industrialização era um programa político relevante para os Tenentes, uma vez que a modernização do Exército não era viável no quadro de uma economia agroexportadora. A fração burguesa industrial, próxima das oligarquias dissidentes, não tinha o objetivo de mudar radicalmente as bases da economia cafeeira. Suas reivindicações diziam respeito a mudanças pontuais em termos de proteção tarifária, crédito, entre outras (SAES, 2015, p. 120).

Nesse cenário, há diferentes visões acerca da importância da fração burguesa industrial interna para o avanço da política industrial implementada a partir de 1930. Para Diniz (2004, p. 96-97), tratava-se de um setor que teve papel relevante no processo de modernização conservadora que caracterizou essa política e que foi aprofundada no Estado Novo. Não obstante, essa fração industrial possuía vínculos com o setor agrário-exportador, com quem compartilhava as origens sociais. Para Almeida (2014, p. 110-115), entretanto, a burguesia estatal foi mais decisiva no processo de modernização econômica do que a burguesia industrial interna, ao criar a infraestrutura econômica e as instituições a partir do Estado, que nessa nova fase estava cada vez mais centralizado, burocratizado e especializado.

Possivelmente por questões táticas, nos anos 1920, os Tenentes reivindicavam mudanças sobretudo no nível político, tratava-se do “tenentismo liberal” que os aproximou das oligarquias dissidentes. A partir da Revolução de 1930, o movimento se dividiu em duas vertentes: uma nacionalista, tendo por principal líder Juarez Távora; e outra esquerdista, tendo como líder Luís Carlos Prestes. A ala nacionalista se compôs com o governo de Getúlio Vargas, enquanto a esquerdista evoluiu para uma oposição revolucionária, que veio a resultar no movimento armado contra o governo, chamado de “Intentona Comunista”, em novembro de 1935. Os objetivos políticos da vertente nacionalista ficaram explicitados no programa do “Clube 3 de Outubro”, principal entidade representante desse grupo, fundada em fevereiro de 1931. Em resumo, visava a uma ampla reforma política, social e econômica, com características fortemente centralizadoras, progressistas no campo social-trabalhista e nacional-estatizante no campo econômico (SAES, 2015, p. 144-146).

Cabe observar, por oportuno, que Juarez Távora rompeu com o nacionalismo tenentista do início da década de 1930, para se tornar, nas décadas de 1940 e 1950, período objeto de estudo desta dissertação, um dos mais destacados representantes do partido liberal.

O confronto entre os dois projetos: o dos Tenentes e o das oligarquias dissidentes foi influenciado pela Revolução Constitucionalista de 1932. Embora o governo tenha sido vitorioso no campo militar, foi obrigado a aceitar uma constituição e os Tenentes perderam coesão: muitos desistiram do processo revolucionário e optaram por se filiar a partidos políticos. O movimento tenentista como um todo perdeu apoio social, seja pelos desgastes dos Tenentes interventores nos governos estaduais ou pelo próprio trauma da Revolução de 1932. O Alto Comando do Exército aproveitou o momento para assumir o controle político da instituição em prejuízo dos Tenentes (SODRÉ, 2010, p. 330).

Outro evento histórico relevante nesse período foi a insurreição armada que ficou conhecida como “Intentona Comunista”, ocorrida em novembro de 1935. Algumas unidades militares se rebelaram nos Estados de Natal, Recife e Rio de Janeiro. Para que esse movimento eclodisse foi importante o fato de o regime de Vargas estar em processo de fechamento. A época coincidiu com a ascensão do fascismo, que é a forma com que o capitalismo – na sua fase monopolista – se utiliza para combater, entre outros, a classe operária organizada. Os espaços democráticos vinham se fechando, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) – agrupamento político mais à esquerda – foi posta na ilegalidade e a repressão policial se acentuou. No combate entre o governo federal e a oligarquia paulista na Revolução Constitucionalista de 1932, foi possível para as forças sociais subalternas, como o movimento operário, se organizarem e reivindicarem maior participação política. No esforço para enquadrar essa força emergente é que se compreende o aumento da repressão, inclusive com recurso a forças paramilitares. Nesse contexto, eclodiram as revoltas da fração de militares que haviam se associado politicamente à esquerda, em especial ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e à Aliança Nacional Libertadora. Contudo, esse movimento foi derrotado com relativa facilidade pelas forças governamentais e ajudou a dar credibilidade ao discurso da ameaça comunista. Segundo propagava o governo, estaria em curso no Brasil um golpe para implantação de uma ditadura comunista, em que serviriam de provas a rebelião armada de 1935 e o “Plano Cohen – forjado pelo Estado-Maior do Exército (EME) falsamente atribuído aos “comunistas” (SODRÉ, 2010, p. 334-335).

Para Ferreira (2005, p. 84-85), o “trauma” da Intentona Comunista de 1935 foi retoricamente trabalhado para viabilizar a coesão ideológica do Exército. Segundo a visão

oficial elaborada e difundida nos anos seguintes pelo Alto Comando da Força, militares teriam sido mortos por seus próprios companheiros no quartel enquanto dormiam. O grande articulador da ideologia anticomunista foi o General Góes Monteiro, Ministro da Guerra do Estado Novo de Getúlio Vargas.

As rebeliões militares dos anos 1920 e 1930 revelaram ao Alto Comando militar, simultaneamente, o poder mobilizador de uma ideologia e o risco de divisões que esta poderia causar ao Exército com um envolvimento explícito na política partidária. A solução foi a “ideologização extremada” para posicionar o Exército na política como um bloco, reprimindo ideologias concorrentes. O anticomunismo se apresentou como uma ideologia capaz de atender a essa demanda da cúpula militar, principalmente pelo aproveitamento retórico da chamada Intentona Comunista de 1935. O Exército não era necessariamente antiesquerdista ou anticomunista, mas assim se constituiu historicamente no Brasil (FERREIRA, 2005, p. 41).

O fechamento do regime ocorreu com um golpe palaciano. O Estado-Maior do Exército “desvendou” o “Plano Cohen”, uma ameaça terrorista que teria sido organizada por comunistas, cujo combate requeria a decretação de estado de guerra, prontamente acolhida pelo Congresso Nacional. A partir de 10 de novembro de 1937, até o fim do Governo Vargas em 1945, o regime se apresentou sob nova forma – o Estado Novo – que concentrou poderes políticos no Presidente da República e em seu Estado-Maior, suspendeu direitos democráticos e possibilitou ao governo reprimir toda oposição ao regime (PINTO, 2016, p. 347).

Na perspectiva da classe dominante brasileira, o anticomunismo equivaleria ao antitrabalhismo, isto é, uma política sistemática de restrição aos direitos sociais, bem como de contenção de lideranças políticas com programas de interesse popular, como foi o caso de Getúlio Vargas, sobretudo nos anos 1950 (MAIOR, 2017, p. 271).

Em resumo, é possível compreender todo o período que vai de 1930 a 1945 como uma etapa contínua, um processo que se apresentou como alternativo ao que vigorava na República Velha. Não obstante, destacou-se o período conhecido como “Estado Novo”, que durou de 1937 a 1945, pelo fato de que então se acelerou o processo de centralização política aberto com a Revolução de 1930.

Nesse período ocorreram importantes mudanças institucionais, particularmente no Exército e, em especial durante o período do Estado Novo, a partir de 1937, quando o Exército se tornou uma organização proeminente com relação ao monopólio da força: subordinou as organizações militares estaduais e unificou o comando dessa Força Armada. A partir desse

momento, toda intervenção militar na política passou a se dar de modo institucionalizado, controlado pela cúpula militar e não mais por grupos rebeldes (COELHO, 2000, p. 127-128). Nas palavras do General Góes Monteiro, líder desse processo, seria a vez da “política do Exército” e não mais da “política no Exército” (p. 115). Dessa forma, o Estado Novo representou um salto qualitativo à Instituição, em termos de organização e capacidade de atuação política.

1.4 – A Perda de Apoio Militar ao Estado Novo e a Deposição de Vargas

A cúpula militar, com Góes Monteiro à frente, esperava que, em 1942, Getúlio tomasse as providências para o fim do Estado Novo e convocasse eleições, mesmo temendo que isso não acontecesse. As desconfianças cresceram com a notícia de que Getúlio anteciparia, para antes das eleições, a convocação da Assembleia Constituinte. Alguns movimentos táticos de Getúlio, como a nomeação de seu irmão como chefe da polícia da Capital, precipitaram a reação da cúpula militar. Uma vez que as lideranças militares entraram em acordo sobre o fim do Estado Novo: Góes Monteiro, Eurico Gaspar Dutra e Eduardo Gomes decidiram depor Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945. Foi escolhido como mensageiro dessa decisão o General Cordeiro de Farias, militar pessoalmente próximo de Vargas, embora com ele tendo divergências políticas. Getúlio, ao ser informado da decisão, aceitou o fato e seguiu resignado, já destituído da Presidência da República, para seu “exílio”, ora em São Borja, no Rio Grande do Sul, ora em sua estância em Itu, São Paulo. Mesmo fora do governo, Vargas continuou influenciando a política: elegeu-se Senador por vários Estados, movimentava as peças políticas desde sua instância em Itu, onde recebia inúmeros políticos, empresários, entre outros. Criou uma legião de seguidores, que o viam como “[...] um mártir de forças estranhas e ocultas” (COUTINHO, 1956, p. 471).

Juarez Távora (1974, Volume 2), outra liderança militar de relevo, embora fora do governo, havia sido contrário ao movimento do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, o qual, desde o início, viu como um golpe de Estado. Para ele, o movimento frustrou os ideais dos revolucionários de 1930, graças ao apoio militar que teve no General Góis Monteiro, Ministro da Guerra e seu principal articulador. Disse, posteriormente, que se tratava de um regime político em contradição com “[...] os ideais democráticos, já quase vitoriosos [em 1945], porque se batiam nossos soldados expedicionários na Europa” (p. 177). O Oficial, então

Coronel e Comandante de Batalhão, articulou com outros Comandantes e diversos Oficiais Gerais a publicação de um manifesto exigindo a volta do regime democrático, tal como vigorava antes de 1937.

O sentimento de insatisfação com a ditadura do Estado Novo estava muito difundido na tropa. Para ilustrar o fato, Távora (1974, Volume 2, p. 192-194) narrou episódios de insubordinação de unidades da Vila Militar em relação a Generais que eram favoráveis a Vargas. A discórdia se dava quanto à possibilidade ou não de se realizar uma Assembleia Constituinte antes das próximas eleições. Os opositores de Vargas temiam que este desse um golpe no processo eleitoral em curso e prorrogasse seu mandato. O Movimento Queremista – “Queremos Getúlio” – intensificava a credibilidade de tal manobra, um movimento de massa reivindicando a formação da Assembleia Constituinte com Getúlio ainda no governo.

Góes, ao descrever Vargas e analisar as contradições do Movimento de 1930, concluiu que a única coisa coerente naquela figura histórica era a “vitória”. Para o General, o Presidente era um vitorioso e na lógica da vitória tudo era justificado. Tanto era assim que no desenvolvimento da Revolução de 1930 acabou por se aliar aos que o combateram e a se opor aos que o apoiaram. Suas ideologias eram imprecisas: o trabalhismo, o nacionalismo e as suas “idiossincrasias ou alergias” não confessadas em relação às Forças Armadas. Era um homem de aparência normal que, na realidade, era conduzido por complexos, uns bem definidos, outros inapreciáveis (COUTINHO, 1956, p. 233).

Entre os complexos do Presidente Getúlio, o da espada era invencível, e, embora procurasse ele escondê-lo, empregava todos os meios para manter enfraquecidas as Forças Armadas, agindo em relação a elas como se fossem um corpo político ou um partido. A criação do Ministério da Aeronáutica, em 1941, teve esse propósito (p. 372).

1.5 – O Governo Dutra: 1946 a 1950

Com a deposição de Vargas e a assunção da Presidência da República pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, em caráter interino, foram tomadas as providências para a eleição de 1945, a primeira a ocorrer com ampla mobilização de massas. Getúlio Vargas, tendo sido impedido de concorrer ao principal cargo do Poder Executivo, com alguma relutância, apoiou o General Dutra, que se lançou pelo Partido Social Democrático (PSD). A União Democrática Nacional (UDN), principal opositora à Vargas, concorria com o Brigadeiro Eduardo Gomes.

Como o Partido Comunista havia voltado à legalidade, pôde concorrer e impressionar com seus 10% de votos. O candidato vitorioso foi o General Dutra, com 55%, contra 35% do Brigadeiro Eduardo Gomes (SKIDMORE, 2010, p. 97).

O momento era de grande mudança no cenário internacional. Os ex-aliados – Estados Unidos e União Soviética – passaram a se enfrentar no quadro da chamada “Guerra Fria”. As duas superpotências, possuidoras de arsenal nuclear em quantidade e qualidade não igualável por nenhum outro país, se enfrentavam nos planos político, econômico e ideológico. Além disso, estabeleciam políticas de enquadramento de seus “aliados”. Os EUA implementaram uma política em relação ao Brasil que tinha por objetivos não só o incluir no seu dispositivo estratégico militar, mas também conquistar mercados e ampliar relações econômicas visando a consolidar o sistema de poder estadunidense (CERVO; BUENO, 2008, p. 269 e 271).

Nesse contexto, o governo Dutra aliou-se de modo particularmente subordinado aos interesses dos EUA, “mais do que submisso, porque apressado em servi-lo ainda quando não solicitado” (SODRÉ, 2010, p. 358). Diversas ações desse governo representaram concessões relevantes do Estado brasileiro, sem contrapartida. Destaca-se o “malbarateamento” (p. 358) das reservas internacionais adquiridas durante a 2ª Guerra Mundial, passando de US\$ 708 para 92 milhões, em pouco mais de um ano (SKIDMORE, 2010, p. 104). Além disso, a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), pelo qual o Brasil e outros países da América Latina enquadravam-se na geopolítica norte-americana e o rompimento de relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (CERVO; BUENO, 2008, p. 271).

Para viabilizar uma política com tais características no plano externo e ainda ortodoxa no plano econômico, Dutra tinha que superar a oposição política (Congresso) e popular. A primeira foi resolvida pela aliança, ainda que temporária, com a UDN. A segunda foi conseguida com intensa repressão policial (SODRÉ, 2010, p. 358). O governo Dutra não tinha uma política consciente de industrialização, pois primava pelo equilíbrio monetário. Contudo, certas ações, como a adoção de regime de múltiplas taxas de câmbio, geraram um efeito positivo no setor industrial que ficou conhecido como: “industrialização espontânea”. Além disso, houve um esboço de planejamento, com o plano “SALTE” – Saúde, Alimentação, Transporte e Energia – que, embora não tenha concretizado seus objetivos, lançou uma forma de intervenção estatal que foi seguida e aperfeiçoada em outros governos. O crescimento econômico no período foi expressivo, com média de 6% (ao ano) (SKIDMORE, 2010, pp. 98/107).

O alinhamento do Governo Dutra à doutrina econômica liberal era tão marcado, que seu Ministro da Fazenda afirmou, em 1947, que o Brasil estava mesmo destinado a importar artigos manufaturados e exportar produtos agrícolas. Nessa concepção, e nesse mesmo ano, contando com uma Constituição influenciada por princípios econômicos liberais, Dutra instituiu uma comissão para elaborar o anteprojeto da legislação petrolífera. De “orientação nitidamente antinacionalista”, essa Comissão propôs o fim do monopólio da prospecção por empresas brasileiras e estabeleceu o sistema de concessões às empresas estrangeiras. Essa iniciativa de Dutra desencadeou intensa campanha de oposição, conhecida como “Campanha do Petróleo”, a qual mobilizou amplos setores da sociedade brasileira. O Clube Militar tomou a frente nessa disputa, na qual se enfrentaram as duas correntes de militares em torno da política do petróleo, conforme será descrito mais adiante (PEIXOTO, 1980, p. 79-80; p. 90 e 92).

1.6 – O Segundo Governo Vargas: 1951 a 1954

Após o afastamento de cinco anos desde que havia sido deposto, em 1950 Vargas anunciou a sua candidatura à Presidência da República, em comício no Vale do Anhangabaú. O processo eleitoral logo se orientou em torno de Vargas, pró ou contra. Naquele pleito, seu desempenho nas urnas foi inquestionável: candidato pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi eleito com 48,7% da preferência dos votantes, contra 29,7% de Eduardo Gomes, da UDN, conhecido como herói da Revolta do Forte de Copacabana (episódio do Movimento Tenentista). O terceiro, Cristiano Machado, ficou com 21,5% dos votos. Além de vencer nas urnas, Vargas enfrentou um processo de luta no âmbito político, judiciário e militar para conseguir tomar posse. Logo após o resultado, a oposição udenista levantou a tese de que o eleito deveria obter a maioria absoluta dos votos, e não a relativa. Não havia essa regra na Constituição ou na legislação eleitoral. O Exército estava dividido quanto à questão: o Ministro da Guerra, General Canrobert Pereira da Costa, pressionava em favor da tese udenista; o Presidente do Clube Militar, General Estillac-Leal, denunciava tal tese como um golpe contra a República. Finalmente, o Superior Tribunal Eleitoral, por unanimidade de votos, proclamou eleitos Vargas e seu Vice, Café Filho. A UDN e os demais opositores, contudo, mantiveram a pressão sobre o novo governo (AFFONSO, 2014, p. 28-31).

Assumindo a Presidência, Vargas se deparou com graves problemas econômicos, como a inflação, a insatisfação dos trabalhadores com os baixos salários, o pouco interesse de

investidores estrangeiros em aplicar recursos no país e a pressão para desvalorizar a taxa de câmbio. Além disso, havia temor nas Forças Armadas de que estivesse em curso uma estratégia política semelhante a utilizada por Presidente Perón – a arregimentação das massas por sindicatos – esses controlados por Vargas para concentrar poderes na Presidência da República. Desde o início do governo, sofria severa campanha visando a um processo de *impeachment*, por denúncias de corrupção ou de que estaria conspirando para estabelecer uma “República Sindicalista”. Apesar de saber usar as cartas políticas disponíveis, como a do nacionalismo que na época tinha um apelo muito forte em diversos setores sociais, inclusive parte das Forças Armadas, Vargas não resistiu à intensa pressão a que foi submetido (SKIDMORE, 2010, p. 171-177).

De acordo com Sodré (2010, p. 356-357), tratava-se de uma campanha que vinha desde a derrubada de Vargas no final do Estado Novo. O centro articulador desse processo era a ação imperialista dos EUA, visando a neutralização do movimento de orientação nacionalista, popular e democrático que Vargas vinha estimulando, num contexto internacional de queda de regimes fascistas, com a derrota das potências do Eixo. O Estado Novo perdia legitimidade, seu estado-maior ia manobrando para isolar Vargas, tentando deixá-lo como o único responsável pelos excessos do regime. Para os EUA, interessava que o regime brasileiro continuasse autoritário, imune às pressões políticas para que, mais facilmente, pudessem extrair concessões do governo brasileiro. A solução seria por meio de um regime democrático na forma, com eleições, mas sem espaço para real oposição política.

Para o referido autor, como Vargas vinha manobrando no sentido oposto, isto é, se vinculando às forças nacionalistas e populares, os EUA e seus aliados investiram na sua derrocada. Contavam com a imprensa por eles patrocinada, com políticos e membros do Alto Comando das Forças Armadas. Para atingir esse objetivo foram empregados todos os recursos possíveis, incluindo sabotagem econômica e “terrorismo”, com assassinato, sequestro e tortura de militares e civis considerados “subversivos” – críticos a políticas pró-EUA. Dentre os objetivos do governo e de empresários da potência hegemônica estava a assinatura do “Acordo Militar Brasil-EUA”, em que o país periférico submeteria suas decisões estratégicas e sua política externa e militar à aprovação prévia de seu “aliado”, bem como, abriria o seu regime jurídico da exploração de petróleo às empresas estrangeiras. Além disso, garantiria aos estadunidenses o fornecimento de minerais estratégicos, permitindo, ainda, aos agentes estrangeiros a fiscalização do Acordo no território brasileiro (p. 392 e 393).

Ainda para ilustrar a oposição à Vargas, em suas memórias, Távora (1974, Volume 2, p. 177) relatou ter mobilizado as lideranças das Forças Armadas para impedir sua candidatura em 1950. Não tendo êxito, fez campanha aberta em defesa do candidato de oposição, o Brigadeiro Eduardo Gomes. Dizia que Vargas manipulava o imaginário popular graças ao trabalho, por anos a fio, de um órgão de estilo fascista – o Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo.

Os meios de comunicação, fortemente monopolizados, engajaram-se – ou foram engajados – na derrubada de Getúlio Vargas, acusado diariamente pela imprensa de práticas de corrupção. Como esses meios sempre foram controlados pelos setores antipopulares, naturalizaram uma versão única dos fatos, criando desestabilização no governo, de tal ordem, que este ou renunciava ou era destituído de alguma forma (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 2011, n.p.).

Nesse período de 1951 a 1954, as diversas classes se punham em conflito com respeito às opções de desenvolvimento econômico. Os processos gêmeos de industrialização e urbanização tinham aumentado e fortalecido três setores: os industriais, a classe operária urbana e a classe média urbana. Outros três setores, cujo peso na economia vinha diminuindo desde 1930, ainda eram influentes na década de 1950: os cafeicultores, os exportadores-importadores e os produtores de alimentos para o mercado interno. Por fim, o setor da economia de subsistência, dispersa no interior do país, não tinha significativa importância política antes de 1930. E assim continuava, sem muita diferença, após a Constituição de 1946. Como a legislação impedia o voto de analfabetos e a maioria desse setor se enquadrava nessa situação, o interior continuou a ser dominado pelos oligarcas tradicionais. As relações sociais no campo evoluíram pouco e não houve, nos anos 1950, uma política específica para esse segmento numeroso, mas pouco organizado (SKIDMORE, 2010, p. 116-120).

Delineadas as diversas classes sociais no período em estudo, infere-se que a política de industrialização – com seus efeitos sobre inflação, câmbio e distribuição de renda, por exemplo – tencionou as relações de classes.

Um atentado, ocorrido em 05 de agosto, acelerou a derrocada de Vargas. Nesse episódio, que tinha como alvo o opositor Carlos Lacerda, foi morto um major da Aeronáutica, que acompanhava o político. Ao permitir a livre ação dos militares da Força Aérea encarregados do inquérito que investigava a morte de um de seus Oficiais, Vargas acabou se tornando vítima de um complô que, desde o início, tinha por objetivo sua deposição. Na véspera de seu suicídio, que ocorreu em 24 de agosto de 1954, foi convencido a aceitar o afastamento temporário do

cargo para que as investigações prosseguissem. Contudo, ao perceber nos bastidores que jamais retomaria suas funções, decidiu pôr em execução o plano do auto sacrifício, para o qual já havia até mesmo elaborado o célebre discurso político que ficou conhecido como “Carta-Testamento”, na qual, em tom dramático, denunciou a conspiração de que vinha sendo vítima e os interesses antipopulares que se uniam contra ele (DULLES, 1967, p. 353).

[...] lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história.

CAPÍTULO II – O DEBATE ECONÔMICO NO BRASIL NO PERÍODO 1930 A 1964

Em 1929, a crise econômica iniciada com a “quebra” da Bolsa de Nova York diminuiu muito a confiança no liberalismo econômico. A retração global levou a uma busca, a partir de certos setores sociais, por soluções voltadas a políticas alternativas postuladas pelo liberalismo. A nova orientação visava ao desenvolvimento do mercado interno, ao protecionismo alfandegário e cambial e ao rompimento com o compromisso de livre conversibilidade (BASTOS, 2012, n.p.).

No Brasil, à época, instalou-se um debate entre uma vertente que aceitava maior participação do Estado na correção de desequilíbrios econômicos, mas que se mantinha fiel aos preceitos liberais de antes, daí ser conhecida na literatura como “neoliberal”; e outra, sobretudo vinculada ao setor público, que propunha intervenção e controle da economia pelo Estado, ficando conhecida na literatura como “desenvolvimentista nacionalista”. Havia posições mistas, nuances e alternativas, como a que propunha o socialismo. No entanto, de maneira resumida, o debate entre neoliberais e desenvolvimentistas nacionalistas constituiu uma importante linha divisória entre os principais grupos que disputaram o poder político-econômico nesse período (BIELSCHOWSKY, 2004, pp. 33-34).

No país, cada uma dessas correntes tinha um ideólogo de prestígio intelectual: pela corrente neoliberal, Eugênio Gudín; pela corrente desenvolvimentista, Roberto Simonsen. Gudín defendia a livre iniciativa nos negócios e a livre movimentação de capitais estrangeiros, afirmando que o Brasil deveria elevar sua “produtividade”, o que significava – para ele – investir na área agrícola, vocação do Brasil. Simonsen propunha a superação da pobreza e a promoção da industrialização de forma integrada, para, assim, compensar a debilidade do mercado nacional (TEIXEIRA et al., 2010, p. 12-24).

Essas divergências ideológicas vinculam-se a ou são operadas por interesses mais profundos. As diversas classes sociais e suas frações lutam e constroem alianças entre si, na elaboração e na implementação de políticas que atendam a seus objetivos. Há também a competição nos vários segmentos. Não há um projeto político que consiga beneficiar, da mesma

forma, todas as diversas frações e dimensões do capital. Os diversos capitalistas lutam para fazer o Estado realizar as políticas de seu interesse (URBINA, 2013³).

Uma formação social concreta é constituída pela sobreposição de diferentes modos de produção, estruturas e práticas, que se apresentam como instâncias autônomas, como a econômica, a política, a jurídica e a ideológica. Não obstante, a coexistência de modos de produção, via de regra, o modo de produção capitalista é predominante e influencia os demais. A defasagem entre modos de produção e instâncias autônomas coloca na ordem do dia o problema da unidade da formação social e incumbe ao Estado esse papel. Isto é, em uma dada formação social concreta há uma classe, uma fração, uma categoria social ou, ainda, uma aliança de umas com outras, com dominância sobre as demais (POULANTZAS, 1977, p. 14-16). O Estado nacional é, portanto, o centro articulador da dominação de classe, numa dada formação social (ALMEIDA, 2003, n.p.).

De um modo geral, há dois cortes principais que atravessam as camadas burguesas: o fato de serem internas ou internacionais e o fato de serem predominantemente rentistas ou produtivistas. A grande burguesia interna, diante do receio de ser engolida pelo capital internacional, precisa da intervenção do Estado para resistir. O protecionismo nacional é atacado pelos capitalistas internacionais, defensores da abertura de mercados. O “capitão da indústria” deseja crédito barato, portanto, redução dos juros. Todavia, o proprietário do conglomerado financeiro aspira a juros altos que remunerem o dinheiro aplicado. Os interesses capitalistas podem ser compreendidos como um “contínuo fracionado”, conceito da economista Leda Paulani, que aponta para uma imbricação comum no conjunto da classe burguesa, mas convivendo com tensões internas entre as camadas: em cada conjuntura determinados agrupamentos agem com certos graus de contradição e autonomia em relação a outros (SINGER, 2015, n.p.).

A luta política entre as diversas classes e frações se reflete nos “preços” da economia, que são as “taxas” de inflação, câmbio, salário, juro e lucro. Essas taxas se relacionam de modo complexo e afetam diferencialmente os diversos segmentos da economia e da população. E, então, tem-se a economia política muito próxima da sociologia política, no sentido de que a

³ URBINA, Jaime Osório. Segunda aula do Curso "Estado, Poder e Classes Sociais" ministrada pelo professor da Universidade Autônoma do México, no Instituto de Estudos Latinoamericanos, da Universidade Federal de Santa Catarina, publicada em 31/10/2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4aB8gqkiQSw>. Acesso em 11/04/2018.

implementação de uma política econômica depende de uma coalizão de classes que a sustente (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 30). Na época, em análise, associaram-se a:

[...] burguesia nacional industrial com a alta burocracia pública eleita e não eleita, com setores não exportadores da velha oligarquia e com a classe trabalhadora urbana. O adversário foram os liberais associados à oligarquia agrário-exportadora, os capitalistas rentistas, os financistas e os interesses estrangeiros (p. 11).

Nesse sentido, foi emblemática a luta entre dois setores da indústria automobilística no Brasil, na década de 1950. Por um lado, o setor mercantil, que importava automóveis e autopeças reunidos na Associação Nacional de Máquinas Veículos, Acessórios e Peças (ANMVAP); de outro o setor industrial, que defendia a instalação de fábricas de autopeças e montagem de veículos no Brasil, liderado pela Associação Profissional da Indústria de Peças para Automóveis e Similares do Estado de São Paulo e pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). O debate não se dava apenas em termos técnicos: o setor mercantil associava o seu liberalismo à “democracia” e o setor industrial associava a sua política de industrialização ao “nacionalismo”. Cada um procurava articular seus interesses com o de outros grupos, dentre os quais destacavam-se as Forças Armadas e o Exército, em particular (ALMEIDA, 2006, p. 44-59).

O apelo ao nacionalismo, nesse contexto, surgia como esperança ou como pesadelo para os setores sociais que visualizavam a perspectiva de aumentar ou diminuir seu *status* social e seu poder político relativo, respectivamente. A classe social, para quem o nacionalismo reverberaria com maior intensidade, era o operariado urbano, que compreendia tanto o discurso dos ideólogos mais radicais que expunham a exploração econômica sofrida pelo país devido ao imperialismo, quanto o discurso dos ideólogos mais centristas que propunham um discurso de união nacional para o esforço de desenvolvimento econômico e social. A classe média, em geral, apresentava certa apreensão com os possíveis desdobramentos, no longo prazo, de uma política nacionalista. Temia-se que a classe operária, uma vez mobilizada politicamente, viesse a demandar mais participação política e econômica e, com isso, competisse com ela – a classe média. A direita conservadora que combatia a industrialização explorou os receios da classe média, difundindo a noção de que o nacionalismo faria surgir uma “República Sindicalista” ou que haveria um suicídio de classes, com tal política. Como elementos de classe média, os Oficiais militares eram sensíveis ao discurso moralista de combate à corrupção que, como visto, vinha sendo sistematicamente produzido pelos meios de comunicação de modo enviesado

contra os políticos de oposição aos interesses hegemônicos, os quais eram tachados de “populistas” (SKIDMORE, 2010, p. 144).

2.1 – Nacionalismo

Dado que os Estados modernos se constituem como “Estados-Nacionais”, é importante, preliminarmente, compreender o que significa “Nação”. Para Poulantzas (1977, p. 129), a nação tem um papel fundamental no modo de produção capitalista, no qual se apresenta como o lugar da igualdade político-jurídica. Os agentes de produção se veriam como sendo todos igualmente proprietários de mercadorias (meios de produção ou força de trabalho) e estabeleceriam contratos de livre vontade, pelos quais combinariam suas mercadorias para a produção social, da qual, em tese, extrairiam, cada qual, a justa parte que lhe coubesse.

Essa descrição do capitalismo corresponde, em linhas gerais, à visão hegemônica presente nos manuais de economia e que é fruto da chamada “Escola Neoclássica”, justamente por corresponder aos interesses da classe capitalista. Uma escola que se inicia com Say e Bentham e chega ao auge com Samuelson, já nos anos 60 e 70 do século XX. Uma visão alternativa, “crítica” a esse modelo, considera o lucro como extração de valor gerado pelo trabalho, em uma relação desigual e injusta entre classes sociais. Thompson, Veblen, Marx e Sraffa são importantes autores dessa outra Escola (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013, p. 334).

Para se legitimar como uma entidade que age no interesse de todos e, assim, continuar viabilizando sua ação de promotor do sistema capitalista, o Estado constrói ativamente a noção de “Nação”. Os indivíduos – agentes de produção – submetidos a um determinado poder soberano, competem no plano econômico, mas se solidarizariam no plano político, como cidadãos e nacionais de um mesmo Estado (POULANTZAS, 1977, p. 129-130).

Há que distinguir “nacionalismo” de “anti-imperialismo”. O “nacionalismo” pode abarcar distintas apropriações por diferentes classes e frações de classe. A apropriação da burguesia industrial brasileira ou mesmo da burguesia burocrática, inclusive a vertente militar, nunca teve caráter anti-imperialista. O que esses setores pretendiam era renegociar os termos de sua dependência com os centros hegemônicos. Já os partidos políticos de esquerda entendiam o “nacionalismo” necessariamente como “anti-imperialismo”. A burguesia estatal, por sua vez, preconizava o fortalecimento do Estado sob sua direção, pois se via como a legítima representante dos interesses nacionais (ALMEIDA, 2014, p. 84-104).

O anti-imperialismo tendeu a superar a condição de Estado-dependente, este com características muito diferentes dos Estados imperialistas. Como as formações sociais nas quais estão inseridos transferem excedente econômico para os países centrais, há menos recursos para a burguesia local estabelecer um sistema hegemônico pela incorporação das camadas populares. Nesse sistema, os trabalhadores tendem a ser “superexplorados”, sendo a renda que recebem inferior ao necessário para sua subsistência. Isso se torna possível porque há uma expressiva parte da população desempregada ou subempregada, servindo de exército de reserva e, também, porque a burguesia local recorre a meios repressivos de modo mais intenso do que faz sua congênere na metrópole. Na literatura que trata desse tipo de Estado, há diversos autores que o abordam a partir do conceito de “teorias da dependência”, especialmente nas vertentes: “sistema mundo” ou “dependência histórico-estrutural”. No sistema mundo, os Estados dependentes estão fortemente condicionados à estrutura de poder mundial, o que leva necessariamente a um regime interno autoritário, excludente e pró-burguesia metropolitana. Na dependência histórico-estrutural defende-se que, apesar da influência da estrutura de poder mundial, é possível o desenvolvimento de inúmeros padrões de regimes políticos, mais ou menos democráticos ou autoritários, a depender da história e da dinâmica da luta de classes sociais internas do país periférico (CARNOY, 2017, 241-252).

2.2 – Internacionalização e Transnacionalização do Capital

O mundo contemporâneo, desde o pós-Segunda Guerra Mundial, tem os EUA como o centro do poder global. Sua forma de operar, em consonância com os novos tempos, se dá de modo mais complexo do que faziam os antigos impérios coloniais. Modernamente, a grande potência age como um campo magnético ou gravitacional, forçando os demais países do globo, em especial os mais fracos, a se submeterem a seus interesses por meio do sistema financeiro internacional, do sistema de organizações internacionais, da produção simbólica cultural e, se necessário, também da força militar (JAGUARIBE, 2006, p. 11-13).

O processo histórico pelo qual os EUA assumiram a hegemonia da política global impressiona pela velocidade com que ocorreu, pelo alcance sem precedentes na História e pelo modo como é exercida. Os Estados Unidos estabeleceram o controle sobre o continente no final do século XIX; já ao estalar da Primeira Guerra Mundial, seu PIB situava-se em torno de 33% da produção mundial. Caracteriza-os uma cultura de estímulo à inovação e à experimentação,

desenvolvendo-se uma economia doméstica pujante. As Guerras Mundiais enfraqueceram as antigas potências europeias e criaram oportunidades para a hegemonia estadunidense. Para continuar no centro do poder global, procuram impedir que surja, na Eurásia, um poder concorrente (BRZEZINSKI, 1997, n.p.).

O sistema capitalista mundial sempre contou com um núcleo hegemônico: no início, as cidades-estados italianas de Gênova e Veneza; depois, a Holanda, a Inglaterra e, desde a Primeira Guerra, os EUA. Portanto, há certa continuidade em que a hegemonia global, ao passar de um núcleo para outro, não apenas mantém funcionando todo o sistema herdado, mas o aprofunda e o amplia (ARRIGHI, 2014, n.p.).

Finalmente, é importante destacar que na luta pela hegemonia global, os atores centrais que a disputavam – Estados Unidos e União Soviética no período da Guerra Fria – não se enfrentavam diretamente com suas forças militares, já que eram potências nucleares. Procuravam mobilizar os países periféricos, subordinando-os aos seus interesses estratégicos (BRZEZINSKI, 1997, n.p.).

De acordo com Jaguaribe (2006, p. 12), esse jogo entre as potências não é equilibrado. Os EUA exercem “[...] poderosos constrangimentos econômico-financeiros, tecnológicos, culturais, políticos e, quando necessário, militares” sobre a maioria dos países, cujos governos são forçados “[...] a seguir a orientação que lhes impõe o mercado internacional, controlado pelas multinacionais americanas, e no fundamental, as diretrizes de Washington”.

Hobson (1981, p. 1-12), em estudo clássico publicado em 1902, intitulado: *“Imperialism: A Study”*, formulou o conceito de “imperialismo”. Consiste numa política de pressão exercida por países ricos e desenvolvidos contra países pobres e subdesenvolvidos, para impor medidas econômicas que beneficiam grandes empresas multinacionais. Ao final do século XIX, essas empresas já monopolizavam o mercado de seus países, a tal ponto que novos investimentos não seriam rentáveis para os capitalistas. A solução para eles seria fazer negócios no estrangeiro, onde havia escassez de capital e os governos seriam vulneráveis a diversas formas de pressão, inclusive militar, para garantir a rentabilidade dos negócios. Esse tipo de interferência, o autor reputou como inidônea e custosa para o conjunto da nação do governo imperial, porém, altamente vantajosa para a fração da classe capitalista diretamente envolvida nesses negócios, como as altas finanças, os grandes especuladores, as grandes indústrias, os produtores de armamentos e outros.

Lênin (1916), ao fazer uma análise das estatísticas econômicas, demonstrou como havia se concentrado o capital em associação com bancos. O capitalismo havia ingressado numa nova etapa: havia acabado a “livre concorrência” e se constituído um rígido monopólio e uma ampla socialização do trabalho, com apropriação privada dos lucros. Em tal configuração, o sistema não seria mais estável: setores monopolistas poderiam impor condições difíceis para os ramos mais fracos e menos organizados, levando a quebras, em meio a especulações de grande vulto. Além disso, o monopólio “[...] penetra de maneira absolutamente inevitável em todos os aspectos da vida social, independentemente do regime político e de qualquer outra particularidade” (p. 26).

Nesse período pós-guerra, os EUA se tornaram a maior potência militar do mundo, concentrando gastos em defesa equiparável a todos os outros países somados. Essa dimensão militar desproporcional se deu pelo interesse de certos grupos poderosos que dominam a política do Estado: setor financeiro, complexo industrial-militar-segurança, *lobby* de Israel, *agrobusiness*, corporações petroleiras e outras companhias extrativistas. Há uma associação entre o setor financeiro e o complexo industrial-militar-segurança, em que o primeiro domina o Estado por meio da dívida pública e o segundo, ao ser demandado no sempre renovado esforço de guerra, gera a justificativa para o endividamento do Estado. A guerra é uma oportunidade para os negócios desses setores (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 73).

Há, portanto, risco de agressão militar motivada pelo interesse econômico de grupos privados altamente influentes no governo estadunidense, mesmo que a segurança do respectivo Estado não esteja ameaçada. Esse comportamento do império tem causas econômicas vinculadas aos interesses de classe do setor hegemônico do Estado imperialista.

Por um lado, do ponto de vista estritamente macroeconômico, como os “investimentos” em sofisticação de armas não têm limites, resolve-se o problema da insuficiência da demanda agregada que é persistente no sistema capitalista. Nessas condições, a indústria de capital, a mais volátil, continua sendo estimulada a todo vapor. Ao mesmo tempo, a vantagem militar assegura negócios lucrativos às grandes empresas vinculadas ao império, em detrimento dos Estados mais vulneráveis. E “[...] como mostrou [Thorstein] Veblen, o chauvinismo, o patriotismo e o militarismo são, talvez, os meios mais eficazes de manter os empregados dóceis e promover, entre os operários, a ideia de que seus interesses estão em harmonia com os interesses dos capitalistas” (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013, p. 367).

A face militar do imperialismo, contudo, nem sempre “precisa” ser acionada. Muitas vezes há outras formas mais sofisticadas de intervenção, especialmente em Estados fracos. Por

meio do que se conhece atualmente, no século XXI, como “Guerra Híbrida”. Trata-se do emprego de elementos internos já predispostos a atacar o governo alvo do imperialismo. Para discorrer sobre o assunto, o trabalho de Andrew Korybko (2015), na obra intitulada “*Hybrid Wars*”, traz uma abordagem abrangente e sistematizada. É importante destacar que embora o conceito tenha sido elaborado em momento histórico posterior ao que se passou no caso em análise, sempre existiram formas de intervenção dessa natureza, como por exemplo, a campanha difamatória na imprensa e a propaganda.

2.3 – Guerra Híbrida

As raízes remotas da guerra híbrida podem ser encontradas na estratégia de contenção da Rússia denominada “prometeísmo”, elaborada pelo líder polonês do Entre-Guerras, Pilsudski. Consistia na política de enfraquecimento do Império Russo, por meio de estímulo ao nacionalismo dos povos não russos que o integravam, visando a sua fragmentação. Mesmo que essa política não atingisse o objetivo último, conseguiria manter o Estado russo na defensiva, uma vez que este teria que dispende esforços na preservação de suas fronteiras. De uma forma ou de outra, o Estado polonês se sairia beneficiado com o enfraquecimento do poderoso vizinho.

Para transportar essa política, inicialmente local, para uma política global adotada pelos EUA, é preciso retomar brevemente o processo de desenvolvimento da geopolítica no século XX.

Ainda no final do século XIX, quando o Almirante Alfred Mahan, dos EUA, publicou o livro “*The Influence of Sea Power Upon History*”, em 1890, ficou formulada a estratégia para a dominação global. Dizia o Almirante que o domínio de certas regiões dos oceanos e mares permitiria dominar o mundo. Essa obra influenciou reflexões sobre o tema e, em 1904, o inglês Halford Mackinder defendeu, no artigo intitulado “*The Geographical Pivot of History*”, que a região pivô para o controle do mundo seria a grande massa central da Eurásia, onde se localizava o Império Russo.

Quem controlasse a Eurásia denominada por Mackinder de “Heartland” dominaria o mundo. Trata-se de uma visão distinta da ressaltada pelo Almirante Mahan, mas certamente por ele influenciada, ou seja, conceitos utilizados pelo defensor da estratégia do poder naval foram adaptados à tese da proeminência do poder terrestre. Outros pensadores aperfeiçoaram essa teoria, sempre formulando políticas para conter a Rússia.

Nickolas Spykman, em 1944, reformulou a teoria de Mackinder ao dizer que o “*Inner Crescent*” de Mackinder – o conjunto de países no contorno da Eurásia – seria a chave para dominar o mundo. Spykman definiu essa região como “*Rimland*”, formada por países desenvolvidos, industrializados e alguns deles com passado de conquistas, como a França e a Alemanha. Quem controlasse o “*Rimland*” controlaria a Eurásia e dominaria o mundo. Pressupunha-se a contenção da Rússia para longe dessa região estratégica.

Na lógica de Pilsudski, ao estimular crises na vizinhança da Rússia, os EUA conseguiriam garantir sua hegemonia global por meio do desgaste do Estado russo com a contenção da crise. Após identificada essa estratégia de “balcanização” da Rússia ou pelo menos de seu entorno, foram desenvolvidas técnicas para manipular a população dos países alvos – as chamadas “Revoluções Coloridas” e “Guerras Não-Convencionais” – que constituem os mecanismos da guerra híbrida. As “Revoluções Coloridas” são empregadas para debilitar o apoio do povo ao seu governante, atingindo aspectos morais, econômicos, políticos e ideológicos, com amplo uso de meios de comunicação, criando as condições para deposição do governo. As “Guerras Não-Convencionais” concretizam o ato de deposição, se necessário.

Os EUA têm se engajado numa política de dominação global, o que inclui o controle sobre os países do seu continente, especialmente quanto à canalização dos recursos estratégicos da região para beneficiar a economia do império. Da mesma forma, têm procurado vetar o acesso de seus concorrentes a esses mesmos recursos. As técnicas sofisticadas desenvolvidas no “Grande Jogo” também podem ser aplicadas nas relações com os países periféricos, particularmente no Hemisfério Ocidental.

O imperialismo conduz uma política que almeja se apropriar das riquezas existentes no território dos países periféricos (COSTA, 2016, n.p.). Dentre as diversas riquezas disponíveis no Atlântico Sul, vale uma atenção específica ao petróleo, quanto mais porque a atuação dos EUA no processo político brasileiro, ao longo do século XX, teve como um de seus alvos a política do país quanto a esse relevante recurso energético.

2.4 – Debate entre Gudin e Simonsen

Inicialmente, uma breve apresentação desses intelectuais que lideraram as ideias econômicas em polos opostos.

Eugênio Gudín vinha de uma família de posses, de origem francesa, seu bisavô aportou no Rio de Janeiro em 1838 e estabeleceu uma empresa de importação. Gudín era autodidata e aos 19 anos, em 1905, formou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, destacando-se como o melhor aluno. Trabalhou em empresas como a *Light and Power*, a *Dodsworth & Cia*, *Western Telegraph & Co*. O envolvimento com projetos de engenharia de grande envergadura o levou a se interessar por economia. Foi influenciado por obras liberais, como “*The meaning of money*”, do editor da revista “*The Economist*”. Obra em estilo jornalístico, francamente liberal; em seguida, percorreu os clássicos de Adam Smith, David Ricardo, Jean-Baptiste Say e Alfred Marshall (TEIXEIRA et al., 2010, p. 71).

Publicava artigos de economia em jornais, em que se tornou notório pela clareza e inteligibilidade de seu texto. Logo foi convidado a integrar comissões de estudos econômicos nas várias esferas do Estado e organizou os cursos de Economia no país, no governo Café Filho. Seu primeiro texto de fôlego foi “Capitalismo e sua evolução: aspecto econômico do corporativismo brasileiro para um mundo melhor”, com viés “nacional-conservador e militarista”. Uma síntese de suas ideias pode ser representada nessa passagem de sua autoria: “[...] a doutrina liberal de hoje pode ser definida como a de abstenção do Estado de toda a atividade econômica que possa ser realizada pela iniciativa privada, inclusive os serviços de utilidade pública em regime de concessão e as indústrias de base” (p. 72).

Este autor defendia a estabilidade da moeda, o combate à inflação como estratégia de política econômica e a redução da interferência estatal na economia. Tornou-se o principal formulador da direita brasileira na área econômica. Opositor dos nacionalistas e dos desenvolvimentistas, nos anos 1945 a 1964, era “americanófilo” e “anticomunista extremado”. Foi contra a criação da Petrobras e a reforma agrária, sua postura era abertamente “impopular”. Virulento no debate, nem sempre se expressava de modo racional, insultando seus adversários, chamando-os de “burros” e “estúpidos” (p. 68).

Tinha uma visão simplista da história: o desenvolvimento do capitalismo teria sido uma sucessão de eventos tecnológicos, da descoberta de processos metalúrgicos à construção do avião. Para ele, o sistema econômico tendia sempre ao equilíbrio entre oferta e demanda. Havia nações que acumularam capital e técnica, classificadas como “industriais”, que podiam oferecer manufaturas, e as nações que não dispunham desses elementos, mas que podiam oferecer produtos agrícolas e minerais. Gudín não acreditava em “superprodução” do sistema capitalista, este seria sempre equilibrado se não fossem os choques externos, como guerras. Darcy Ribeiro o considerava um “entreguista”, o “patriarca dos testas de ferro”; para Celso Furtado ele era

“um representante típico das velhas classes dirigentes”, “imbuído do determinismo do século XIX”. Gudin foi o ideólogo dos influentes economistas Otávio Gouveia Bulhões e Roberto Campos (p. 69).

O outro ideólogo desse debate: Roberto Cochrane Simonsen, era descendente de ingleses que chegaram ao Brasil em 1875. Formou-se em Engenharia, na Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), aos 21 anos. Morreu prematuramente aos 59 anos, de derrame, enquanto discursava em homenagem ao primeiro-ministro belga, na Academia Brasileira de Letras (ABL). Durante as quatro últimas décadas de sua existência, havia se consagrado como intelectual orgânico da burguesia paulista. Foi Senador da República, membro da ABL, Presidente da FIESP, Presidente das empresas: Cerâmica São Caetano, Companhia Construtora de Santos e Companhia Paulista de Mineração. Participou da fundação do Serviço Nacional de Aprendizado Industrial (SENAI) e foi Vice-Presidente do Conselho Superior da Escola Livre de Sociologia e Política (p. 36).

Combinando atuação empresarial e obra intelectual, em que “transformava sua prática cotidiana em reflexões mais amplas”, Simonsen “[...] buscou compreender a história econômica brasileira e a inserção do país no mercado internacional, como forma de traçar os rumos da indústria nacional (p. 36). Dizia que a questão social poderia ser resolvida com a melhoria das condições de trabalho, treinamento e salários dos trabalhadores. Na época, os trabalhadores estavam mobilizados, havia um histórico de greves de grande vulto como a de 1917 em São Paulo, demonstrando a força política da categoria. Postulava que a associação de empresários – pequeno, médio e grande – poderia, por meio do entendimento entre produtores, levar a uma maior racionalização do emprego dos recursos disponíveis.

Suas influências intelectuais eram o alemão Georg Friedrich List (1789-1846) e o romeno Mihail Manoilescu (1891-1950). Para List, a “Nação” era o *locus* central da atividade econômica, batendo-se pelo protecionismo estatal à indústria infante:

Um Estado meramente agrícola será, do ponto de vista econômico e político, sempre dependente dos países estrangeiros, que recebem seus produtos agrícolas em troca de bens manufaturados. Tal nação não conseguirá determinar quanto deve produzir, devendo sempre esperar e verificar quanto os outros desejarem comprar [...]. Uma nação manufatureira tem centenas de oportunidades a mais de aplicar a força da maquinaria do que uma nação agrícola (p. 50).

Manoilescu era Ministro de Indústria e Comércio da Romênia, em cujo livro que foi traduzido para o português como “Teoria do Protecionismo e da Permuta Internacional”,

demonstrou, por meio da comparação de índices de produtividade entre as indústrias de países ricos e pobres, que essa diferença seria fonte de desequilíbrio permanente entre eles. Para Simonsen, havia uma identidade entre os interesses da nação e da burguesia industrial nacional e os do Estado que deveria fomentar o desenvolvimento industrial do país (p. 51).

2.5 – Críticas ao Neoliberalismo em Países Não Desenvolvidos

Para Guimarães (2006, p. 259-266), os países com menor nível de desenvolvimento necessitam de políticas protecionistas do Estado para se contrapor à força desestabilizadora da livre circulação de capitais e à competição internacional. Há diversos instrumentos que podem ser utilizados: legislação, compras governamentais, crédito subsidiado e investimento público. Por outro lado, há intensa pressão exercida pelos países imperialistas para que as nações mais pobres se adequem a uma ordem econômica liberal, com livre comércio, livre circulação de capitais, direito de patentes, entre outros, o que definitivamente não as favorece.

O Brasil, por exemplo, ainda ao final do século XX, encontrava-se numa defasagem em termos de produtividade em relação aos países desenvolvidos, da ordem de 5 para 1 (CHANG, 2003, p. 120), o que significa não ser possível esperar que se estabeleça uma relação econômica equilibrada entre países tão díspares sob os termos do *laissez-faire*. Trata-se, na verdade, de uma tentativa dos países adiantados de “chutar a escada” daqueles que estão mais atrasados.

Klein (2008, p. 529-551), na sua obra “A Doutrina do Choque”, fez uma ampla análise dos efeitos econômicos e sociais de políticas neoliberais, caracterizadas pela liberalização de fluxos de capitais internacionais, desregulações do setor econômico, redução de tributos, entre outros. Essas políticas não geraram o prometido crescimento econômico ou nível de emprego; empobreceram amplos setores da população e deterioraram as condições de vida, com aumento de suicídio, prostituição e mortalidade infantil. Agravaram severamente a desigualdade social e abalaram a coesão interna nas sociedades onde foram aplicadas.

Analisando o desenvolvimento econômico brasileiro ao longo do século XX, constata-se que esse se tornou muito expressivo na segunda metade do século, com a participação do Estado na criação da infraestrutura básica, na adequação do arcabouço institucional, na concentração da poupança doméstica, no controle da taxa de câmbio, na fixação de tarifas alfandegárias e no fornecimento de insumos básicos (energia, aço, entre outros). O Plano de

Metas (1956-1960), por exemplo, viabilizou o crescimento econômico do país em taxa superior à expansão econômica mundial (GREMAUD, 2009, p. 365-369).

A economia mundial caracteriza-se como um sistema hierarquizado, com países desenvolvidos ocupando a posição central de comando e com países subdesenvolvidos ocupando a periferia do sistema, subordinados e com diferentes graus de liberdade de manobra (ARRIGHI, 2014, n.p.).

A visão de um mundo espelhando um sistema internacional seria falaciosa. Há diversos tipos de “Estados-Nações”, a maioria deles assumindo a forma de “Estados dependentes”, nos quais as frações sociais ligadas ao capital internacional frequentemente ocupam lugar hegemônico na coalizção política dominante das respectivas formações sociais (ALMEIDA, 2003, n.p.).

A divisão internacional de trabalho opera no sentido de drenar os benefícios econômicos para os países no topo da hierarquia, havendo uma camada de países intermediários que muito dificilmente consegue ascender na escala. A maioria dos países é sistematicamente explorada e mantida no subdesenvolvimento. Ao estabelecerem políticas para mudar sua posição estrutural, os países periféricos suportam fortes pressões internacionais em sentido contrário (RIBEIRO, 2008, n.p.).

Os países desenvolvidos e com uma estrutura produtiva mais integrada dispõem de centros de pesquisa, e o fato de que seus custos de mão-de-obra são altos, os impulsiona à inovação. Os países subdesenvolvidos possuem uma estrutura fragmentada, custos de mão-de-obra baixos, pouca poupança para investimento e estão mais afastados dos centros dinâmicos. As atividades específicas desenvolvidas em cada país podem mudar – países periféricos podem se industrializar como se deu no “Milagre Brasileiro” – mas o comando continua nas mãos dos países centrais (RIBEIRO, 2008, n.p.).

Guimarães (2006, p. 147-152) aponta alguns riscos trazidos pelo capital estrangeiro:

- Quando de natureza especulativa, pode gerar instabilidade. Interessado em explorar o máximo de rendimento no curto prazo, flui de um negócio para outro com facilidade.
- O capital estrangeiro está normalmente associado a megaempresas, megafundos de pensão e conta com o apoio incisivo de governos poderosos, os de seus países de origem. Operam internacionalmente, com grande sofisticação e apropriam contabilmente os lucros nos países que cobram menos impostos: escapam da tributação com muito mais facilidade e sonégam recursos da sociedade cujo território sedia suas operações.

- No longo prazo, as empresas estrangeiras geram déficits de conta-corrente, na medida em que sua finalidade é a de remeter renda para o exterior. Reinvestem pouco nos países subdesenvolvidos, entre outros, por vê-los como lugares de instabilidade política.
- Como são mais capital-intensivas do que as empresas nacionais, pagam menos salários proporcionalmente ao lucro. Geram desemprego quando substituem suas “concorrentes” nacionais, que são mão-de-obra-intensivas, e forçam as empresas fornecedoras locais a se adequarem à sua estrutura de produção, tornando-as dependentes.

CAPÍTULO III – A LUTA POLÍTICA NO EXÉRCITO ENTRE “NACIONALISTAS” E “LIBERAIS”

Há diversos estudos sobre as relações entre o Exército e a política interna do país, com variações quanto à época analisada, ao método e às teorias adotadas, dentre os quais optou-se por escrever um breve apanhado desse mosaico de trabalhos, a fim de captar múltiplos aspectos da instituição militar e os reflexos na sua forma de ação política.

O Exército já foi analisado como um subsistema do sistema político global. Considerou-se que esta instituição sofreu as pressões que experimentou o governo em geral, sendo que suas características institucionais moldaram o estilo, o alcance e a adequação de suas respostas (STEPAN, 1975). Também houve o enfoque instrumental, pelo qual o Exército teria agido segundo os interesses de determinada classe social ou no cumprimento de uma determinada função social, sem considerar os seus interesses institucionais. Outra forma de análise tratou o Exército como uma organização, que agiu no sentido de expandir seu campo de atuação (COELHO, 2000).

Sem esgotar todas as possibilidades, faz-se destaque, ainda, da análise dos “partidos militares”, pela qual, no Exército haveria luta política entre alas constituídas internamente, as quais se aliam a grupos civis, sem perder a referência aos valores e aos objetivos específicos da instituição militar (PEIXOTO, 1980).

3.1 – Mentalidade Militar

Huntington (1996, p. 79) definiu o conceito de “mentalidade militar” como “[...] quaisquer preferências e expectativas que possam ser inferidas do contínuo desempenho do papel ocupacional militar”. O Oficial das Forças Armadas, especificamente aquele especializado na administração da violência e não no ato de violência em si, tem como funções organizar, equipar e treinar a força militar, planejar as atividades e dirigir as operações. Esse é o Oficial de combate, formado na Academia Militar, categoria em que não se incluem os demais segmentos da área técnica ou administrativa. Também estão excluídas as Praças (tropa), por serem estas executoras do ato de violência em si.

Como profissionais, assim como médicos ou advogados, os Oficiais combatentes caracterizam-se pela especialização (obtida por educação prolongada e base objetiva para medir a capacidade dos membros), pela responsabilidade (unidade moral a postular certos valores) e por sua corporatividade (senso mais geral de responsabilidade profissional coletiva e do papel apropriado da profissão na sociedade). A motivação do Oficial reside no amor técnico por sua habilidade e no senso de obrigação para com a sociedade, no compromisso de protegê-la. O Oficialato é ao mesmo tempo uma profissão (hierarquia de postos) e uma organização burocrática (hierarquia de cargos). O caráter profissional da organização está na prevalência da hierarquia de postos em relação à hierarquia de cargos (p. 31-36).

A principal responsabilidade do militar é para com o Estado, na qualidade de perito e conselheiro. Historicamente, o Estado-Nação tem sido a unidade sócio-política que organizou e manteve forças militares profissionais. Há uma imbricação profunda entre Forças Armadas profissionais e Estado-Nação, este entendido como expressão de toda a coletividade, do povo em armas (p. 32-33).

O militar teria uma visão “*hobbesiana*” do homem (p. 81). A guerra seria um fenômeno inevitável, derivado da maldade intrínseca dos indivíduos e de sua essência gananciosa imutável. Por outro lado, os homens, deixariam de atacar ao se depararem com forças treinadas, equipadas e motivadas, prontas para reagir. Dessa forma, os militares sempre enfatizam os riscos contra a segurança da sociedade e reivindicam os investimentos que supõem necessários para a defesa. Não são adeptos da “guerra total” ou de alianças que comprometam sua segurança, mas são críticos de políticas ambiciosas, que não possam ser garantidas pelo poder militar. Tendem a uma visão conservadora (realismo conservador) e são politicamente neutros, seu ângulo de visão é essencialmente o da relação de forças no campo especificamente militar.

Por fim, a obediência, a disciplina e a hierarquia são pilares fundamentais para o militar. A primazia da opção política é da autoridade governamental. Os critérios da técnica militar são limitados, concretos e relativamente objetivos. Os critérios da política são indefinidos, ambíguos e altamente subjetivos. A ciência militar seria uma profissão, a política seria uma arte. No caso de um embate moral, o militar tende a se apegar à ética profissional e a obedecer, exceto quando se tratar de caso extremo, em que a imoralidade da ordem ultrapassar os limites mínimos aceitáveis de uma sociedade (p. 91-95).

3.2 – Militares e Política no Brasil

As relações entre governo civil e Forças Armadas põem o seguinte desafio: como manter uma organização militar como instrumento da política e da ordem interna, sem que ela usurpe o poder político? Nas sociedades latino-americanas, as instituições políticas partidárias são fracas, ao passo que as diversas instituições sociais como a Igreja e as Forças Armadas são “altamente” politizadas: seus membros e as instituições em si se imiscuem na política interna. A forma de relação entre o governo civil e as Forças Armadas típica da América Latina, em especial no Brasil entre 1945 e 1964, pode ser conceituada como a de “Poder Moderador”, em clara referência à instituição presente na Constituição do Império brasileiro, que dava ao Monarca o poder de interferir no sistema político, a pretexto de estabilizá-lo (STEPAN, 1975, p. 46).

A influência do poder militar na política interna reside na percepção da classe dominante de que o regime não goza de hegemonia, isto é, do consentimento pelos dominados, em um quadro de alta desigualdade social e baixa responsividade dos mandatários. Ao risco permanente de subversão, contrapõe-se a garantia de estabilidade institucional pelas Forças Armadas, em bases coercitivas, o que dá ensejo para que instituições armadas se apresentem no plano da disputa política, estabelecendo alianças, reivindicando espaços no poder ou vetando iniciativas que contrariem seus interesses. Como a sociedade é menos organizada para fiscalizar os governantes, estes teriam relativa liberdade para fazer concessões em troca de apoio político, inclusive nas relações com as Forças Armadas (ZAVERRUCHA, 1994, p. 196-197).

De acordo com Huntington (1975, p. 20-23), as sociedades que passam por um processo de modernização, isto é, uma série de transformações econômicas, sociais e políticas, no sentido de maior urbanização, complexificação das relações sociais e diversificação econômica, levam algum tempo para aperfeiçoar seu sistema político. Este deve dar conta das pressões advindas da emergência de novas forças sociais, de modo a integrá-las. Mas até que haja a plena correspondência entre o nível de desenvolvimento econômico-social e o nível de institucionalização política requerido, pode haver um elevado grau de violência pelo enfrentamento direto entre as forças sociais em conflito. Nesse momento, o Exército é uma das instituições aparelhadas, em termos de organização e visão nacional, para assumir a liderança desse processo de transformação. “A natureza da tática política empregada pelos militares reflete a coesão de sua organização e o fato de que, enquanto outras forças sociais podem pressionar o governo, os militares podem substituí-lo” (p. 229). Segundo o autor, a prevalência

do Exército na política interna dos países da América Latina ao longo do século XX tem suas causas no quadro de modernização vivido por estes no período.

Como “Poder Moderador”, os militares não assumiam a chefia do poder do Estado diretamente, mas exerciam apoios e vetos a determinadas políticas. Nesse quadro, as forças políticas procuraram cooptar as Forças Armadas, buscando manter a unidade, apesar de sua heterogeneidade. A ação militar foi vitoriosa nas circunstâncias em que estiveram presentes as cisões entre os políticos pró-regime, a opinião pública favorável à ação militar e o governante isolado com sua autoridade contestada. Das condições potencias para a efetiva tomada de poder, é importante analisar o que se passa no campo da ação estratégica dos principais atores, dos dilemas por eles vividos, pois os fatores macrosociológicos, difusos e generalizados, precisam alcançar um ponto crítico pela interação desses agentes políticos e pelo surgimento de problemas importantes ao nível micropolítico. Muitas vezes, é o que ocorre nesse nível, frequentemente negligenciado pela análise, que constitui a essência das ações políticas dos atores (STEPAN, 1975, p. 66).

As relações entre as Forças Armadas e as instituições civis podem também ser vistas segundo uma análise conjuntural para estabelecer os interesses estratégicos dos principais atores políticos. Para este autor, “Nem explicações funcionalistas, nem macroteorias, como o modelo do autoritarismo burocrático, ou teorias de modernização política, são capazes de explicar por que e sob quais circunstâncias os militares intervêm de um modo não democrático na arena política”. Os militares atualizariam sua informação sobre o comportamento dos civis a cada intervenção, com disposição para buscar o máximo de autonomia dentro do Estado. As situações paradigmáticas que resumem as relações civis-militares seriam, numa ordem decrescente de poder militar autônomo: a ditadura militar, a tutela amistosa e o controle civil sobre os militares. A tutela amistosa caracterizava o caso brasileiro na época em análise. Nesse nível de autonomia, há a vantagem para os militares de participarem do jogo político sem os custos de exposição, que a ditadura explícita enfrentaria, e sem os custos de enfraquecimento da disciplina, que ocorreria no caso de um envolvimento mais aberto na política. Essa tutela amistosa se caracteriza pelo poder de veto exercido pelos militares em diversas áreas que entendem como de seu interesse (ZAVERUCHA, 1994, p. 162-163).

Ferreira (2005, p. 10) avalia que “[...] não é tarefa fácil para uma organização desbordar de suas funções constitucionais e fazer política”, mas alguma liderança, em dadas circunstâncias, pode ser bem-sucedida em romper o equilíbrio, conduzindo seu grupo e a organização como um todo a outro patamar, às custas das lideranças concorrentes. Para isso,

terá que se afirmar como liderança maior que as outras, disposta a reforçar a organização e aproveitando eventos que possam ser trabalhados retoricamente, que permitam unificar a organização, atrair e conquistar aliados externos. Ademais, a “luta política requer a constituição de um inimigo” (p. 16).

Para Coelho (2000, p. 18), o Exército tem interesses próprios, assim como qualquer organização importante. A instituição não é um instrumento da elite, da classe média ou da opinião pública. Os diversos movimentos militares não foram sempre coerentes com um tipo de interesse específico. Dada a sua capacidade efetiva de se imiscuir na política interna, as relações das Forças Armadas com o poder civil serão sempre problemáticas, mesmo nas democracias avançadas. Em sociedades fragmentadas, como a brasileira, essa dificuldade se acentua, pois se caracteriza pelo seguinte quadro geral:

[...] sem coesão nem projeto nacional integrados, em que a miséria de muitos confronta com a excessiva riqueza de poucos, submetida a graves conflitos societários cuja solução encontra resistência nos interesses dominantes e mal servida por sistemas judiciário e político deficientes, este fragilizado por sua fragmentação e diminuta representatividade [...] (FLORES apud COELHO, 2000, p. 22).

Os militares sentem-se legitimados a intervir sempre que perceberem que a segurança nacional ou a ordem interna estiverem ameaçadas, independentemente do grau de adesão da sociedade ou da existência de grandes lideranças, como foi a do General Góis Monteiro (COELHO, 2000, p. 22).

O processo decisório militar envolve três atores importantes: o Comando, os grupos políticos civis e o “partido militar”. Militares e grupos políticos civis eventualmente fazem alianças táticas, mas seus interesses não são coincidentes. O militar avalia as opções políticas pelo prisma dos interesses institucionais. Pode haver mais de uma alternativa, ensejando projetos antagônicos quanto aos meios, mas não tanto quanto aos fins que, geralmente, estão vinculados à atualização da capacidade operacional militar. É o modo específico de concretizar a política institucional que abre margem a divisões partidárias dentro da Força. Como exemplo: em dado momento, após o Estado-Novo, os militares em geral desejavam a industrialização, mas enquanto os “nacionalistas” entendiam que esta deveria ser levada adiante com recursos próprios, os “liberais” entendiam que deveria ser feita com participação do capital estrangeiro (PEIXOTO, 1980, p. 75-88).

O “partido militar” é justamente uma articulação de militares, cristalizada em torno de um certo programa político, que desejam implementar na instituição e na sociedade, e que lutam pelo poder nas estruturas próprias do Exército. Nesse sentido, tem similaridade com o partido político civil, embora, certamente tenha características peculiares, seguindo lógica distinta. Embora apresentada por uma fração, visa na sua perspectiva beneficiar a toda a instituição, não considerando excluir a fração oponente, mas incorporá-la, colocando-se como limite à disputa política o ponto de ruptura institucional, a ser evitado a qualquer custo. Uma outra característica do partido militar é a sua relação com o Comando do Exército que tem sempre a última palavra, por força da hierarquia e da disciplina. O partido militar, porém, procura influenciar os membros da cúpula (ROUQUIÉ et al., 1980, p. 12-13).

Nessa acepção, o conceito de “partido” se refere a uma determinada vertente de orientação política, diferente do conceito de “partido fardado” de Ferreira (2000, p. 53), que representa a unidade da corporação militar. A diferença entre esses conceitos reside na etapa considerada no processo de definição política da instituição. A tomada de posição institucional é precedida pelo embate entre dois ou mais projetos, e quando um deles se torna hegemônico na organização, esta opera como bloco à força da hierarquia e da disciplina.

3.3 – Doutrina de Segurança Nacional

A experiência de Oficiais brasileiros na 2ª Guerra Mundial, em aliança com as Forças Armadas dos EUA, teve consequências duráveis na mentalidade militar nacional. Esses Oficiais perceberam, de modo muito concreto, a enorme distância que separa um país desenvolvido e com economia pujante de um outro subdesenvolvido e carente de todo tipo de recursos (OLIVEIRA, 1987, p. 55).

Houve um intenso intercâmbio no imediato pós-guerra entre os dois países, altas autoridades brasileiras visitaram instituições militares estadunidenses, entre as quais o “*National War College*”, um centro de aperfeiçoamento de Oficiais dos EUA, que inspirou a criação no Brasil da Escola Superior de Guerra (ESG), idealizada e implantada por Oficiais ex-combatentes da FEB. Essa Escola desenvolveu um método e uma doutrina visando elevar a condição do desenvolvimento do país – a Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Estabeleceu como premissa que o mundo estava dividido em dois blocos antagônicos, o Ocidental –

capitalista e liderado pelos EUA; e o Oriental – comunista e liderado pela antiga URSS (UGARTE, 2018, p. 291-298).

O desenvolvimento de armas atômicas e nucleares interditava o conflito militar entre as potências, mas tornava o resto do mundo – os países periféricos e subdesenvolvidos – palco de disputas não apenas na forma de guerras convencionais como ocorreu na Coreia, nos anos 1950, e no Vietnã, nos anos 1960, mas principalmente pelo embate ideológico, em que a potência soviética, vista como inimiga, procuraria explorar fragilidades políticas, econômicas e sociais nessas sociedades para ganhar influência. A doutrina se apresentava, então, como o conjunto de conceitos básicos, princípios gerais, processos e normas de comportamento que permitem orientar os estudos, a formulação e o desenvolvimento da política de segurança nacional. O conceito de segurança nacional vai além do aspecto militar. De fato, integra as dimensões: políticas, econômicas, psicossociais e militares. Significa que os militares se responsabilizariam amplamente pelo desenvolvimento nacional, uma vez que nem as elites civis, nem o povo teriam capacidade autônoma para fazê-lo (UGARTE, 2018, p. 299-303).

No desenvolvimento dessa doutrina, as Forças Armadas assumiram a função de garantir a estabilidade interna, que para elas “é inversamente proporcional à liberdade de ação das forças de esquerda” (CAVAGNARI FILHO, 1987, p. 81), como condição para tornar-se potência. A democratização do país ou a intensificação das lutas por organizações de esquerda seriam contidas, em benefício da “disciplina social”. Trata-se da hipótese de “guerra interna”, isto é, dadas as condições sociais “deprimidas” e a fraqueza das instituições políticas do país, este é vulnerável em face de movimentos insurrecionais. O Exército justifica sua presença no território nacional e a sua autonomia para intervir na política interna como poder de última instância, sobressaindo-se em relação às outras Forças Armadas e legitimada a exercer a tutela política da sociedade brasileira.

Na ESG, por meio de cursos e palestras, as elites civis e militares eram reunidas para capacitação na doutrina e na metodologia da DSN. Por um lado, esses visavam melhorar as condições sociais do povo, por entender que enquanto persistissem situações de penúria, haveria espaço para ações desestabilizadoras por parte do bloco inimigo, por outro lado, refletiam uma visão elitista, de tutela da sociedade e sem dar centralidade aos métodos democráticos formais. O avanço da ideologia da ESG foi facilitado pela ausência de projetos concorrentes. Não havia no Brasil grupos politicamente organizados que rivalizassem com os Oficiais tão bem situados no aparelho do Estado e com uma orientação coerente e estruturada e que abrangia, de modo amplo, os problemas nacionais (FARIAS, 2001, p. 349-366).

Ao priorizar o vínculo do Brasil aos interesses estratégicos dos EUA, essa doutrina entrava em choque com o nacionalismo que se via impulsionado na América Latina, como reação ao aumento da influência destes Estados. Como os recursos potenciais e efetivos do Brasil deveriam estar disponíveis aos fins hegemônicos da grande potência, fechava-se a possibilidade de maior integração comercial do país com seus vizinhos na América Latina ou com países do Bloco Socialista (OLIVEIRA, 1987, p. 59).

No campo geopolítico, os militares teriam desde sempre o objetivo de “potência”, ou seja, a conquista de uma hegemonia no entorno estratégico brasileiro: América do Sul e Atlântico Sul. Tal objetivo ou se obtém “por consentimento dos EUA, assumindo o Brasil responsabilidades no dispositivo político-estratégico dessa superpotência; ou por confronto com a hegemonia americana, num quadro de relação de forças assimétrica e desfavorável ao Brasil” (CAVAGNARI FILHO, 1987, pp. 79-80). A visão prevalecente é a de que a posse de armamentos modernos e a aquisição de capacidade operacional e logística só seriam possíveis dentro de uma aliança com os EUA, isto é, na expectativa da maioria dos militares, o Brasil poderia ser um parceiro confiável da grande potência hegemônica do hemisfério e, em troca, poderia ter o apoio dela para liderar como potência média o seu entorno estratégico. A opção militar foi, portanto, pelo exercício da hegemonia regional por consentimento norte-americano. Há nessa escolha o risco de subordinar estrategicamente o Brasil aos EUA, perdendo-se a autonomia e a liberdade de ação do país.

3.4 – O Clube Militar e o Debate entre Nacionalistas e Liberais

Fundado em 1887, a motivação inicial para sua criação foi a crise surgida da insatisfação dos militares com a escravidão. Essa Associação teve participação em outros momentos decisivos, servindo de fórum para debates políticos, que ora uniram o Exército corporativamente contra o governo, ora permitiram a luta política aberta entre partidos no próprio Exército, sendo que sua influência continuou durante o período republicano. No período de 1946 a 1964, o Clube Militar se tornou um espaço para debate entre as várias correntes que surgiram nas Forças Armadas. Como o Presidente do Clube era definido por eleição entre os associados, o resultado era uma espécie de termômetro das opiniões da caserna. Se o Clube Militar foi capaz de canalizar as principais tendências políticas nas Forças Armadas, o fato é que estas existem sempre em potencial e é necessário considerar o seu papel na interação com

os atores políticos para uma melhor compreensão do processo decisório no âmbito da instituição militar (PEIXOTO, 1980, p. 88).

Naqueles anos, o Clube estava sintonizado com os debates que ocorriam na sociedade brasileira em torno dos rumos para o desenvolvimento econômico do país. Como visto, num polo predominava uma visão nacionalista estatizante; no outro, uma visão liberal, de abertura aos capitais privados nacionais e estrangeiros.

De acordo com Silva (2018, p. 71), até a República Velha não há evidências significativas do compromisso dos militares com o nacionalismo econômico, nem a cessão de minérios a outros países, nem a concessão de monopólios a firmas estrangeiras pareciam preocupar os militares. Durante os anos 1930, inúmeras reformas na organização do Estado e do Exército (em particular) conduziram a criação de diversas agências para a implementação de políticas industriais e da discussão das estratégias para o desenvolvimento econômico. Também foram criados ou reestruturados centros tecnológicos do Exército e o que viria a se tornar o atual Instituto Militar de Engenharia.

Nesse processo de modernização conservadora implantado no Governo Vargas, especialmente no Estado Novo, o Exército passou a se engajar no debate econômico, visando a três objetivos: 1) criar um sentido de interesse corporativo, livrando-se das influências de facções políticas civis; 2) transformar as Forças Armadas num instrumento de doutrina global da defesa nacional, nas dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais; e 3) desenvolver a indústria para a defesa nacional (SILVA, 2018, p. 72-73).

Surgiram visões conflitantes dentro das Forças Armadas sobre como concretizar aquelas medidas. A década de 1950 e o início da década de 1960 foram períodos de intensos debates em torno da questão do desenvolvimento, da participação do Estado na economia e das reformas sociais. Debate que teve lugar privilegiado nas Forças Armadas, especialmente, no Clube Militar e na ESG. Outras instituições de relevo, à época, foram: a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), da Organização das Nações Unidas (ONU), que apontava caminhos para o desenvolvimento da América Latina e do Caribe, e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão do Estado brasileiro, que elaborava concepções desenvolvimentistas, com relativa independência. Nas Forças Armadas opunham-se dois grupos: um autodenominado “Nacionalista”; e outro de “Cruzada Democrática” (KUNHAVALIK, 2009, n.p.).

Os “Nacionalistas” defendiam a política de Vargas dos anos 1950, o desenvolvimento econômico do país direcionado e controlado pelo Estado, bem como propugnavam por reformas sociais, investimentos estatais em setores estratégicos e controle de capitais estrangeiros. A “Cruzada Democrática” defendia a abertura do país ao capital estrangeiro, o desenvolvimento associado aos EUA, o isolamento político da classe trabalhadora e era contrária ao getulismo e seus herdeiros. Nas Forças Armadas, os debates entre as duas vertentes se davam de forma intensa no Clube Militar, onde se discutiam temas de relevância nacional, com a liberdade de não se estar – a organização – formalmente vinculada às Forças Armadas. Enquanto os Nacionalistas convergiam com o ISEB, a Cruzada Democrática convergia com a ESG (KUNHAVALIK, 2009, n.p.).

Decorrente da condição histórica concreta da América Latina logo após a 2ª Guerra Mundial, na visão militar cristalizou-se a associação necessária entre nacionalismo e esquerda (tachados de “comunistas” pela oposição mais extremada) e, por outro lado, entre liberalismo e direita pró-estadunidense (tachados de “entreguistas” pela oposição mais extremada). No Clube Militar, ao longo dos anos 40, 50 e 60, alteraram-se presidências representativas de cada chapa: de 1944 a 1952, o Clube foi presidido por nacionalistas (Generais José Pessoa, César Orbino e Estillac Leal); e de 1952 a 1955, por direitistas (Generais Etchegoyen e Canrobert). Os “Nacionalistas”, ao final, acabaram recuando, já que os incomodava a associação com os “comunistas”, os quais eram repudiados pela Instituição desde a “Intentona Comunista”, de 1935 (SILVA, 2018, p. 80-84).

CAPÍTULO IV – O DEBATE SOBRE PETRÓLEO NO EXÉRCITO BRASILEIRO: 1945 A 1954

4.1 – A Importância Geopolítica e Econômica do Petróleo

A principal motivação de conflitos entre as nações, segundo Klare (2006, p. 12), tem como causa a luta por recursos naturais, em especial o petróleo, e não um conflito entre civilizações, como defendido por Huntington, por exemplo, em “O Choque das Civilizações”. Segundo Fuser (2015, n.p.), não há substituto eficaz ao petróleo. Dele depende o aquecimento da economia: na agricultura, na petroquímica e nos transportes, entre outros segmentos. Dado que o petróleo barato é fundamental para a economia de um país desenvolvido, todas as recessões econômicas no pós-guerra estiveram relacionadas à escassez desse recurso.

Sendo assim, o petróleo – um recurso tão fundamental – foi alçado nos EUA como tema de segurança nacional, já no governo Roosevelt, expresso, de modo mais claro, pela Doutrina Carter, *“Let our position be absolutely clear: any attempt by any outside force to gain control over the Persian Gulf region will be regarded as an assault on the vital interests of the USA, and such an assault will be repelled by any means necessary, including military force”*⁴.

A aliança entre os EUA e a Arábia Saudita, que data de 1943 por meio do Acordo entre Roosevelt e o Rei Saud, foi construída para assegurar aos EUA o acesso ao petróleo saudita, em troca de apoio militar para o governo daquele país, à época sem base popular, e sendo o maior produtor de petróleo do mundo. Essa é, portanto, a fonte de energia mais versátil que existe (KLARE, 2006, p. 53).

O petróleo, ele é um bem estratégico por várias razões, também porque ele é importante para mover a indústria, para mover economias... mas, por ser o energético mais eficiente, ele é fundamental também para mover as máquinas militares... Então, nesse sentido, todo país que quiser desenvolver um poder militar para segurança do seu território, ou toda grande potência que, além da segurança do seu território, quiser se projetar militarmente para além das suas fronteiras, precisa contar com petróleo. Se não tiver petróleo dentro do seu território vai ter que buscar isso externamente, e inclusive, dependendo do contexto, vai ser necessário utilizar a força para isso, ou a relação custo-benefício de utilizar a força vai justificar que a agressão seja utilizada para

⁴ Trecho do “State of the Union”, discurso proferido pelo Presidente Jimmy Carter, em 23/01/1980, que ficou conhecido como “Doutrina Carter”. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1977-80v18/d45>, acesso em 11/12/2018.

acessar esse recurso estratégico para a segurança do território e para uma vantagem militar. Então, o petróleo é importante do ponto de vista econômico-industrial, é, sem dúvida, para mover a economia, mas também é importante para mover as máquinas militares (PADULA, 2015⁵).

Acresce que o petróleo é um recurso escasso. Conforme o geofísico norte-americano Marion King Hubber (1903-1989), citado por Fuser (2005, n.p.), a extração do petróleo segue uma curva de sino: no início, a produção é pequena; depois, quando o campo é mapeado e novos postos são abertos, a produção cresce rapidamente e se estabiliza, situação em que a extração é mais fácil e barata. A partir daí, a produção cai e a retirada de petróleo vai se tornando cada vez mais difícil e cara. Na medida em que mais campos de petróleo ingressem nessa fase descendente, reduzindo a oferta mundial, os conflitos geopolíticos tenderão a se agravar.

Há uma simbiose entre os interesses dos Estados e o das empresas capitalistas. Segundo Fiori (2018⁶), a produção, o comércio e os preços do petróleo são estabelecidos de forma política, considerando não interesses imediatos de lucro, mas principalmente questões estratégicas. Poucas empresas controlam o “mercado” mundial do petróleo, sendo a maioria estatais. E as empresas privadas são coordenadas pelos respectivos Estados de origem; sendo umas e outras igualmente instrumentos de política nacional e internacional de seus países de origem.

Sauer e Rodrigues (2016, n.p.) destacam o impacto do preço do petróleo sobre a geração e a apropriação de excedente econômico, opondo diversos atores. Essa disputa se torna aparente nas propostas de organização da indústria do petróleo, do modelo regulatório e dos regimes de produção. Afinal, a produção de petróleo, além de estratégica, é altamente lucrativa. Destacam, ainda, as várias fases históricas que marcaram a política mundial do petróleo. Em 1928, as chamadas “Sete Irmãs”, assim chamadas por serem as maiores empresas do setor, formalizaram um cartel pelo Acordo de Achnacarry, na Escócia. Os Estados de origem dessas empresas – EUA, Inglaterra e Holanda – exerciam controle total de produção e distribuição.

No processo de descolonização, o nacionalismo nos países produtores levou a que estes formassem a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), pela qual procuravam

⁵ Palestra no Clube de Engenharia sobre o tema: “A Geopolítica do Petróleo e a Conjuntura Internacional”, realizada em 23/09/2015, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CbuKaQx3BIE>, acesso em 06/09/17, trecho iniciado no tempo: 08min:54seg.

⁶ FIORI, José Luís. Artigo publicado no jornal Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/petroleo-numeros-tendencias-e-estrategias/>, acesso em 12/10/2018.

melhorar a posição de seus países na economia internacional, inclusive pela criação de empresas estatais no setor.

No que diz respeito ao modelo regulatório, são apontadas quatro opções: contratos de concessão, contratos de partilha, contratos de prestação de serviços, e monopólio estatal de produção.

- Contratos de concessão: o petróleo produzido é propriedade da empresa, que adquire o direito de explorar mediante leilão. A empresa recolhe tributos e contribuições, e dispõe livremente do petróleo produzido.
- Contratos de partilha: o petróleo é do Estado, deduz-se o óleo-custo em favor da empresa que o produziu, equivalente ao custo de produção, e o restante é partilhado entre Estado e Empresa.
- Contratos de prestação de serviço: as empresas contratadas desempenham determinadas atividades, sem ter controle sobre as reservas.
- Monopólio estatal da produção: não há participação de empresas privadas.

Não só é relevante conhecer o tipo de marco regulatório, mas também os percentuais específicos definidos na licitação. Nível de tributação, valor do bônus de assinatura, risco do empreendimento, cláusula de conteúdo local, percentual de participação da empresa estatal nas atividades operacionais, nível de preço internacional do petróleo, enfim, há diversas variáveis para definir a repartição dos benefícios da indústria petrolífera entre os atores.

4.2 – Marechal Juarez Távora: Líder Ideológico do Partido Liberal

Juarez Távora formou-se na Arma de Engenharia, na Escola Militar do Realengo, em dezembro de 1919 e foi o primeiro colocado da turma. Engajava-se em atividades beneficentes promovidas pelo pároco local, distribuindo alimentos doados e apoiando famílias carentes, especialmente quando do surto da gripe espanhola. Em sua família havia senadores e políticos locais. Um deles chegou a concorrer ao cargo de Presidente do Estado do Ceará, em eleição cujo resultado foi alterado pela comissão verificadora para favorecer o candidato governista, prejudicando seu familiar. Ainda como Cadete, interessou-se pela vida e obra do Barão de

Mauá, a quem considerou ter faltado apoio do Poder Público para levar o Brasil a “[...] seguir as pegadas dos EUA” (TÁVORA, 1974, Volume 1, p. 93).

Participou das Revoltas Tenentistas de 1922 e 1924, sem ser um de seus líderes, mas foi seu apoiador. Foi preso após a derrota de 1922, conspirou na Revolta de 1924 e participou novamente da conspiração que preparou a Revolução de 1930, a qual era por ele vista como o remédio para corrigir os vícios do sistema da República Velha. Contudo, desconfiava dos políticos da Aliança Liberal que haviam apoiado a Revolução de 1930. Entendia que os militares não deveriam ocupar cargos no governo provisório, mas tinham que se manter coesos com a tropa, prontos a pressionar o sistema político para o cumprimento dos compromissos revolucionários. Entretanto, aceitou o cargo de delegado das províncias do Norte e Nordeste, intermediando os contatos entre os interventores e o próprio Getúlio Vargas, por isso recebeu o apelido de “Vice-Rei do Norte”, eventualmente intervindo diretamente na política interna daquelas províncias (TÁVORA, 1974, Volume 2, p. 7).

Távora foi contra a implantação do Estado Novo, em 1937, e a favor da deposição de Vargas em 1945, na qual se engajou na articulação militar para a derrubada do Presidente. Sobre esse episódio, registrou em suas memórias que não se tratava de interferência na pequena política do país, visto que não buscava atacar este ou aquele candidato específico, mas sim de derrubar um sistema ditatorial que prejudicava o país. Dizia que as Forças Armadas estariam comprometidas com o povo brasileiro na substituição, inclusive pela força, do regime do Estado (p. 177).

Afastado Getúlio em 1945, este volta ao poder em 1951. Távora encontrava-se servindo nos EUA, na Junta Interamericana de Defesa, quando tomou conhecimento da candidatura de Vargas à Presidência da República. Fez contatos com autoridades das Forças Armadas para que os militares se unissem em torno do Brigadeiro Eduardo Gomes, como forma de evitar o retorno de Vargas ao poder. E, ao final de décadas de lutas e conspirações, concluiu que não mais participaria de “intervenções extralegais” para “corrigir os erros e omissões dos governantes”, não obstante, na sua própria percepção, seus propósitos tivessem sido legítimos, já que não visava ao próprio bem, mas ao bem do povo brasileiro. O resultado havia sido quase nulo, com um custo muito alto para si e para o próprio povo (TÁVORA, 1977, Volume 3, p. 3-4).

Na avaliação de Távora (1977), o ideal de 1930 havia sucumbido com o Estado Novo. Havia substituído uma elite corrupta por outra. A democracia não havia sido conquistada. Para ele, a popularidade de Vargas na década de 1950 era fruto da campanha do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) criado no Estado Novo e da ignorância do eleitorado.

Considerava, também, que no campo social, embora houvesse ocorrido uma melhora na situação dos trabalhadores urbanos, a grande maioria do meio rural continuava no “desamparo”. No campo econômico, dizia que embora houvesse ocorrido alguns ensaios relativos à siderurgia e ao início da solução do problema energético, esses eram, inclusive a criação da Petrobras, apenas esforços isolados “[...] que mal compensavam o caos e o amesquinamento político, onde não lográramos formar uma nova elite democrática para substituir aquela viciada e oligárquica, que derrubáramos em 1930” (p. 4).

4.3 – General Horta Barbosa: Líder Ideológico do Partido Nacionalista

Nascido em Pinheiral, Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1881, formado na Arma de Engenharia do Exército, em 1907, Horta Barbosa participou dos combates de Canudos (1897) e da tentativa de golpe militar contra Rodrigues Alves (1904). Trabalhou com o General Rondon na expansão das linhas telegráficas na Região Norte e Centro-Oeste (1906-1910), na expedição americano-brasileira de reconhecimento dos vales dos rios Paraguai e Amazonas – em 1913 e 1914. Combateu a Revolução Constitucionalista de 1932, ocupou os cargos de Diretor de Engenharia do Exército (1936-1937) e de Subchefe do EME (1937-1938). Era um representante típico do pensamento industrializante nas Forças Armadas (SAES, 2015, p. 281).

Como Diretor de Engenharia do Exército elaborou um memorial ao Ministro da Guerra, General Eurico Dutra, em defesa da tese de que existia petróleo no Brasil, o que se contrapunha ao parecer emitido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Questionava o fato de que o governo federal concedia autorizações para exploração petrolífera a empresas estrangeiras, mas negava de plano a possibilidade de pesquisa e lavra pelo Estado brasileiro. Reivindicava meios para prospectar petróleo no país.⁷

Em 1938, o General Horta Barbosa alertou o Ministro da Guerra, General Góes Monteiro, sobre os riscos para a economia nacional da interrupção no fornecimento de combustível em face da Guerra iminente que se travaria na Europa. O Alto Comando do Exército, sensibilizado com o memorando expedido, tomou as providências para a criação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), em 29 de abril daquele ano, que promoveu uma revisão no regime jurídico da exploração de recursos minerais, em especial, do petróleo. Horta Barbosa,

⁷ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/julio-caetano-horta-barbosa>, acesso em 09/12/2019.

então Subchefe do EME, foi o primeiro presidente do Conselho. No ano seguinte, ainda acumulou a função de Vice-Presidente do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), visto que tinha experiência nesse campo, adquirida quando trabalhava na expansão das linhas telegráficas e na demarcação de fronteiras na Amazônia (p. 286).

Em julho de 1938, por orientação do CNP, expediu-se o Decreto-Lei N. 538, que organizou e definiu as atribuições do órgão, concedendo a Horta Barbosa amplos poderes para controlar as atividades ligadas à produção, ao refino e à comercialização do petróleo. O General visitou as refinarias de petróleo estatais construídas na Argentina e no Uruguai, o que lhe deu subsídios para elaborar um relatório ao Presidente da República, reivindicando mais recursos e mais poderes para o CNP, de modo a concentrar, em si, todas as decisões referentes ao petróleo e seus derivados. Foi duramente criticado pelos defensores da iniciativa privada nacional e estrangeira (p. 287-288).

Foi promovido a General de Divisão em 1940. Entre 1940 e 1941 fez intensa campanha dentro do Exército, enviando Ofícios ao EME, na tentativa de barrar as pretensões da *Standard Oil* de participar de todas as fases da exploração de petróleo no Brasil. Participou de outras Comissões e Organizações como: o Conselho Nacional de Combustíveis e Lubrificantes, a Sociedade Amigos da América, fundada em 1943 e que preconizava o fim do Estado Novo, a criação da FEB e a aproximação com os EUA. Ainda em 1943, se exonerou do CNP. Em 1945 encerrou sua carreira no Exército como Comandante da 2ª Região Militar, sediada em São Paulo. Suas conferências em defesa do monopólio estatal do petróleo no Clube Militar, em 1947, estimularam a criação do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, no ano seguinte, uma associação civil que reunia estudantes, militares, trabalhadores em geral, técnicos, parlamentares e intelectuais, visando a dar maior organicidade à campanha: “O Petróleo é Nosso!”⁸

4.4 – A Luta pelo Petróleo no Brasil e a Criação da Petrobrás

De acordo com Saes (2015, p. 253), a mudança no regime de exploração dos recursos minerais implementada pela Constituição de Novembro de 1937, no seu Artigo 143, constituiu uma importante barreira para o capital estrangeiro na exploração de petróleo no Brasil. Previa

⁸ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/centro-de-estudos-e-defesa-do-petroleo-e-da-economia-nacional-cedpen>. Acesso em 09 de dez. 2019.

este artigo que apenas empresas brasileiras, constituídas no país, e mediante autorização do governo federal é que poderiam operar no segmento. A partir desse novo marco, se seguiu uma intensa regulamentação do setor: o Decreto N. 395/1938, que estatizou as reservas de petróleo e criou o CNP; o Decreto N. 538/1940, que regulamentou as funções desse órgão; o Decreto N. 1985/1940, que aprovou o novo Código de Minas, consentâneo com a nova diretriz político-econômica.

Lembra o autor que o novo regime de exploração do petróleo, bem como de outras atividades vistas como estratégicas, foi fortemente influenciado pela visão “nacionalista” de uma parcela influente dos militares, que associava a economia do petróleo ao tema maior da segurança nacional. O militar que mais se identificou com essa linha de pensamento e ação foi o General Horta Barbosa, cujas ideias a respeito do petróleo foram bem sistematizadas em Conferências realizadas no Clube Militar, em 1947, sobre as quais serão destacadas algumas passagens (BARBOSA, 1947, p. 3-58).

a) Do Preço ao Consumidor

O mercado do óleo cru era livre, mas a refinação dessa matéria prima se dava num mercado oligopolizado. O Brasil teria que construir refinarias para escapar do jugo internacional. Uma experiência reveladora ocorreu na Argentina, onde, assim como no Brasil, havia um setor francamente pessimista em relação à capacidade do país de refinar seu petróleo. O General Enrique Mosconi criou a primeira refinaria oficial na Argentina e não só conseguiu refinar a custos competitivos, como obrigou as grandes companhias de petróleo internacionais a oferecerem seus produtos a preços mais baixos.

Para ilustrar: em 1922, o litro de gasolina custava 35 centavos em Buenos Aires; em 1927, já com a refinaria estatal operando, o custo baixou para 24 centavos; em 1933, chegou-se a 18 centavos. Além disso, o produto argentino era de melhor qualidade, porque tinha mais octanagem. É requisito para não se tornar refém dos trustes internacionais que o país tenha capacidade de refinar petróleo. Seria mais fácil replicar no Brasil o que foi feito na Argentina, pois aqui os trustes ainda não tinham implantado refinarias e sua capacidade de exercer pressão sobre o governo brasileiro era relativamente menor.

No interesse da economia geral do país, o preço da energia deveria ser o mais baixo possível. Dessa forma, o custo de todas as “utilidades” e dos transportes diminuiria, beneficiando o povo em geral. Os capitais privados nacionais e estrangeiros fazem pressão para aumentar seus dividendos, como é próprio de qualquer atividade mercantil, portanto, se a

indústria de petróleo ficasse sob o controle de capitais nacionais privados, apenas seus proprietários se beneficiariam dela. Além disso, é pouco provável que sobrevivessem aos “tentáculos” dos trustes, pois há várias formas de se transferir o controle da indústria privada nacional para o capital internacional. Se ficasse a indústria sob o controle de capitais estrangeiros, ocorreria a “sangria permanente” de divisas na “depauperada economia nacional”.

O Estado, por outro lado, não tem o interesse em auferir lucros dessa atividade; seu interesse reside em ver reduzidos os custos econômicos para acelerar a circulação de riquezas. Além disso, há outras finalidades mais gerais, como a de uniformizar o preço em todo o território nacional, para não agravar as desigualdades regionais.

Quanto à escala de produção, alega-se que o fato de os trustes operarem grandes usinas, faz seu custo ser o mais baixo. Omite-se o princípio de que as usinas devem ser instaladas nos centros de consumo, pois não se pode estocar os derivados por muito tempo, sujeitos a deterioração e a evaporação. Sem contar o custo do frete e do seguro.

No Uruguai, os opositores à construção da usina estatal diziam que uma produção de 4 mil barris diários seria antieconômica e que seus produtos custariam mais caro. Inaugurada a refinaria, os trustes passaram a encomendar seus produtos, visto que eram mais baratos do que os produzidos nas grandes usinas localizadas nas Antilhas. É claro que existe um nível de produção mínimo, mas ficou comprovado que a quantidade de 4 mil barris diários já se tornava economicamente viável. E a produção brasileira, em potencial, estaria num nível ainda maior.

b) Do Financiamento

Ao contrário do que dizem os opositores, o Brasil dispõe de meios de financiamento para a construção de usinas de refino. O país poderia construir sua capacidade em etapas, priorizando a produção dos itens mais nobres, enquanto continuaria a importar o óleo combustível de baixo custo. Além disso, estimava-se que o valor a ser investido para adquirir capacidade de processamento pleno seria inferior ao que foi necessário para a construção das siderúrgicas de Volta Redonda ou da Vale do Rio Doce. Havia possibilidade de recorrer ao financiamento interno, por meio das reservas dos Institutos e Caixas ou a empréstimos internacionais, como no Uruguai, em que o Tesouro não chegou a gastar sequer um centavo, pagando a dívida com a própria produção da refinaria.

c) Da Capacidade Técnica

Quanto aos equipamentos necessários para produzir as refinarias, os trustes não tinham controle sobre os inúmeros produtores independentes dispostos a vender máquinas e fornecer

expertise para a instalação de indústrias de refino de petróleo. O General, como Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, relatou ter recebido inúmeras propostas de fabricantes de refinarias. Não era verdade, também, que os melhores equipamentos e patentes de fabricação pertenciam aos trustes.

As refinarias estatais da Argentina e do Uruguai promoveram melhorias nos processos que obrigaram os trustes a aperfeiçoar seu maquinário, a fim de acompanhar os ganhos de produtividade daquelas usinas. Também não era verdade que faltavam técnicos para operar as refinarias, que sua administração seria extremamente complexa. Técnicos brasileiros poderiam receber treinamento das firmas construtoras, estagiar em usinas semelhantes, como as dos países vizinhos. Em pouco tempo o país produziria seus próprios técnicos. Não havia monopólio da técnica.

d) Da Indústria Estatal como Princípio

O General se apresentou como contrário à tese do Estado industrial, mas no caso da produção de energia, dado o seu caráter estratégico e viabilizador de todas as demais atividades econômicas do país, não tinha dúvidas em se colocar como “ardoroso” defensor da solução estatal.

Além das motivações econômicas, não menos importante seria a defesa nacional, pois os conflitos modernos exigem que as forças militares tenham acesso a combustíveis líquidos. “De fato, de que valerão Exército, Marinha e Aeronáutica, dinheiro e mesmo populações inteiras [...] se faltar petróleo?” (BARBOSA, 1947, p. 32).

A política das nações desenvolvidas, como EUA e Inglaterra, para o petróleo, era, já à época, a de considerá-lo recurso estratégico, como reserva para controle de flutuações de preço e para a eventualidade de uma guerra. Os governos desses países declaravam abertamente sua política de assegurar o controle e o acesso a reservas petrolíferas, independentemente de onde se localizassem. Dizia o General, que o Brasil também deveria agir em favor de seus interesses e não em favor dos interesses alheios. Esses países não faziam concessões a empresas estrangeiras, a sua propalada política de portas abertas apenas viabilizava o sucesso de suas grandes companhias petrolíferas, que pela “seleção natural”, eliminavam as concorrentes.

Acrescentava-se mais um aspecto a recomendar o controle estatal: a exploração racional. Os trustes tenderiam a retirar de forma predatória o recurso do solo, isto é: o máximo volume no menor tempo. Mas, para o pleno aproveitamento da jazida, deveriam ser respeitadas certas condições de exploração, como estabelecimento de distâncias adequadas entre os poços

e a correta “terminação” dos mesmos. Do ponto de vista técnico, a exploração deveria ser “conservativa”, evitando o desgaste prematuro da energia da formação da rocha.

Quando não se explora, racionalmente, o que tinha sido a regra pelo mundo, são verificados prejuízos “extraordinários”, decorrentes das perdas de gás e vapores dissolvidos. A viscosidade aumenta com o tempo, com isso há maior dificuldade para extrair o líquido. A exploração moderada permite o ajuste da pressão interna, sem o que ocorreria canalização do gás ou avanços irregulares de água. Pode-se perder mais da metade do potencial de uma jazida pela exploração predatória. “Quem perderia? A Nação” (BARBOSA, 1947, p. 24).

Nessa perspectiva, convém que a lavra em uma estrutura fechada seja feita por uma única entidade, pois a linha limite água-petróleo se desloca na medida em que a jazida envelhece, o que recomenda o ajustamento do fluxo a ser extraído de cada poço. Há um *trade-off* entre a exploração ótima do ponto de vista físico, da quantidade de petróleo a ser extraída, e a exploração lucrativa, do ponto de vista estritamente financeiro. Sob essa análise, concluía o General que o regime de monopólio estatal era superior.

Apresentado esse breve resumo da visão do principal líder da tese do monopólio estatal da exploração do petróleo, o seu opositor, Juarez Távora, foi frequentemente acusado de “entreguista” por defender posição oposta, de viés liberal e internacionalista. Este publicou uma carta aberta à imprensa, credenciada junto ao Palácio do Catete, na qual dizia que sua preferência na matéria seria pela instituição de um:

[...] regime de iniciativas concorrentes porém discriminadas, admitindo, ao lado da iniciativa estatal, a iniciativa privada, exercida por pessoas físicas ou jurídicas nacionais, mas sujeitas essas últimas, quando integradas por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras, a certas discriminações em favor do capital nacional (TÁVORA, 1977, Volume 3, p. 212).

O Marechal lembrava que, embora concordasse com a participação do capital estrangeiro na exploração do petróleo, recomendava que este não ultrapassasse o nível de 40% do mercado interno. Dizia, ainda, que se comprometia a implantar a linha vencedora, isto é, do regime monopolista. Ressalvou, contudo, que em caso de se verificar a ineficiência desta para satisfação energética do país, com mais vigor, voltaria a promover sua tese de origem.

Em 1945, com a saída de Horta Barbosa da Presidência do CNP, o órgão mudou a política para o petróleo, passando a favorecer o investimento estrangeiro no setor. Enquanto o órgão diminuiu sua importância, o Clube Militar assumiu a iniciativa de debater sobre qual deveria ser a política para o petróleo, destacando-se como debatedores: Juarez Távora, então

Subchefe do EME, favorável à liberalização; e Horta Barbosa, General recém-reformado do Exército, defensor do monopólio estatal. Nesse contexto e espaço que foi proferido o discurso apoiando a tese estatista vista acima⁹.

O Presidente Dutra encaminhou, em 1948, o anteprojeto do Estatuto do Petróleo ao Congresso Nacional, que previa participação de capital privado nacional e estrangeiros. Parlamentares e militares defensores do monopólio estatal fundaram o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), e o General Horta Barbosa integrava esse grupo como Presidente de Honra – para aglutinar pessoas e instituições na sociedade contrárias ao anteprojeto, por meio de ampla divulgação, esclarecimentos, debates, publicações e intervenção nos debates parlamentares, entre outras estratégias. A sociedade debateu o tema com muita intensidade e se mobilizou em uma campanha nacionalista que tinha por slogan: “O Petróleo é Nosso!”. O anteprojeto foi definitivamente arquivado (AFFONSO, 2014, p. 32-40).

Quando Getúlio Vargas assumiu a Presidência da República, em 1951, a sociedade estava dividida em torno da política do petróleo. O Presidente recém empossado encaminhou um projeto de lei no seu primeiro ano de mandato, criando uma sociedade de economia mista para explorar o petróleo. O Clube Militar retomou a discussão do projeto e nomeou uma comissão formada por 17 Oficiais, das três Forças, sendo seis Generais, para emitir um parecer a respeito. Esses militares concluíram que se tratava de um projeto “profundamente nocivo à soberania nacional e à segurança militar do país” (n.p.) e que não havia outro caminho que não a opção pelo monopólio estatal¹⁰.

O processo de criação da Petrobras começou a se construir a partir desse projeto do Presidente Vargas, porém, teve um desenvolvimento complexo. A Assembleia Constituinte de 1946 era, na sua maioria, de orientação liberal e favorável à abertura da economia ao capital estrangeiro. O projeto de lei criando a Petrobras, encaminhado por Getúlio Vargas, admitia a participação de capitais estrangeiros, bastando que constituíssem empresas brasileiras. A reação contra o projeto foi intensa nas ruas, o suficiente para bloqueá-lo no Congresso. Há dúvidas sobre se Vargas, que havia durante a campanha presidencial defendido a tese “nacionalista”, havia sido de alguma forma enganado por sua assessoria econômica, autora do projeto ou, se embora a Petrobras se constituísse, de jure, pelo projeto de lei, como empresa aberta ao capital

⁹ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/julio-caetano-horta-barbosa>. Acesso em 14 de dez. 2019.

¹⁰ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/julio-caetano-horta-barbosa>. Acesso em 14 de dez. 2019.

estrangeiro, sua gestão, na prática, seguiria uma linha monopolista. Essa última linha de argumentação foi apresentada por Jesus Soares Pereira (AFFONSO, 2014, p. 35).

Diante da repercussão negativa do caráter privatista do projeto, o Deputado Eusébio da Rocha, do PTB, apresentou um projeto substitutivo com caráter monopolista. Ambos projetos ficaram tramitando em conjunto, como “gêmeos xifópagos”, até que, surpreendendo a todos, o Deputado Bilac Pinto, da UDN, apresentou uma emenda ao projeto monopolista, que acabou se transformando na Lei N. 2004, de 03 de outubro de 1953, criando a Petrobras. Posteriormente, o Deputado disse que sempre fora favorável a participação de capital privado nacional e estrangeiro, porém, supunha que a empresa não se viabilizaria na forma de monopólio estatal e que o esperado fracasso reforçaria a posição inicial de seu partido (p. 41).

V – RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pergunta fundamental que orientou este trabalho foi: o que explicaria a adoção de um posicionamento econômico liberal, no Exército Brasileiro, no período de 1945 a 1954, dado que a “mentalidade militar” seria antiliberal e que o liberalismo econômico já havia demonstrado suas falhas? Partiu-se, então, de duas hipóteses não mutuamente excludentes: 1) que os militares liberais temiam a reação do imperialismo contra o Estado brasileiro, caso o país adotasse políticas “nacionalistas”; e 2) que os militares liberais eram porta-vozes de frações de classes sociais, cujos interesses se apresentavam na forma de princípios econômicos liberais.

Ao longo do trabalho foram apresentadas reflexões sobre temas convergentes, conforme passa-se a resumir:

A crise político-econômica dos anos 1920 a 1930, que é caracterizada pela perda de hegemonia dos grandes fazendeiros de café frente a outras oligarquias rurais e à emergente pequena burguesia urbana, levou a um embate mais violento entre as forças sociais. As ideologias desenvolvidas na luta política influenciaram os militares, particularmente no Exército, encorajando diversos grupos à rebelião armada. O conjunto de eventos que se denominou “Tenentismo” e “Intentona Comunista” foram fatos históricos que demonstraram a suscetibilidade das Forças Armadas à ruptura institucional e a guerras intestinas.

No bojo desse processo foi possível um fortalecimento político do movimento operário e, ao mesmo tempo, o resultado da Revolução Constitucionalista de 1932, francamente desfavorável aos Tenentes, mostrava a dificuldade de governar sem alianças com outros grupos sociais. As frações da classe dominante, que haviam sido colocadas em campos opostos na Revolução de 1930, agora voltavam a se aliar, isolando os Tenentes que, por sua vez, também não desejavam se compor com a classe operária.

Nesse contexto, uma questão que se colocou para o Alto Comando do Exército foi sobre como manter o controle e a disciplina da tropa, em meio à politização vivenciada pelos militares. O “anticomunismo”, na forma de uma ideologia extremada, foi a resposta encontrada pelo General Góes Monteiro, Chefe do Estado-Maior e Ministro da Guerra no Governo Vargas. A instauração do Estado Novo, por meio de um golpe palaciano, teve como argumento justamente a pretensa ameaça comunista. Essa ideologia era compartilhada pelos diversos setores da classe dominante e pelo imperialismo estadunidense. A partir dessa ideologia, o Alto

Comando do Exército teria uma estratégia para estabelecer a coesão interna da tropa, e contaria com aliados no seio dos grupos dominantes. Essa ideologia se aperfeiçoou com a Doutrina da Segurança Nacional, capitaneada pela Escola Superior de Guerra, fortemente influenciada pelos EUA.

Nessa quadra histórica, Getúlio Vargas foi um personagem singular. Hábil político, aparentemente empenhado no desenvolvimento nacional, foi tragado pela evolução das forças políticas: líder de uma revolução progressista em 1930, tornou-se chefe de um regime francamente autoritário e repressivo a partir de 1937, num quadro mundial em que essa era a regra.

Com a reorganização do poder global, em 1945, sob novas formas e novos discursos, Vargas foi facilmente associado, por meio de campanha na imprensa, aos excessos do Estado Novo, o que o levou a perda substancial de apoio político interno. O governo dos EUA e as multinacionais percebiam Vargas como um obstáculo aos seus interesses econômicos no Brasil e se dispuseram a tirá-lo do poder a todo custo. A histeria anticomunista patrocinada pelo Estado norte-americano serviria ao propósito de recalcar todo questionamento aos seus interesses.

Parte desse conflito entre as forças sociais se expressou na forma de debate entre ideologias econômicas, com destaque ao liberalismo e ao nacionalismo. Esses conceitos podem, por óbvio, assumir distintos significados e apropriações. No tempo, lugar e campo específicos desta pesquisa: anos de 1940 a 1950, no Brasil, e no quadro das relações econômicas com os EUA, o nacionalismo constituiu uma forma de legitimação para um conjunto de medidas tomadas pelo Estado brasileiro, visando conter ou atenuar a deterioração dos termos de troca. Essa seria a tendência “natural” se exposto o país ao “livre-mercado”, como propalado pelo liberalismo, conforme abordados por diversos autores citados.

Como a sociedade é complexa, existem grupos internos associados a grupos externos, de modo que as diversas frações de classe ou mesmo setores de uma mesma fração apresentam interesses divergentes entre si. Minorias muito bem organizadas e com recursos materiais podem vencer os interesses da maioria menos organizada. O poder do imperialismo e de seus aliados internos foi avassalador em face dos interesses objetivos da maioria da população, representado pelos setores nacionalistas.

As teorias geopolíticas sistematizadas a partir de meados do século XIX, constantemente atualizadas sobretudo por assessores estratégicos estadunidenses como Zigmund Brzezinski, e a lógica do imperialismo demonstrada já no alvorecer do século XX,

por Hobson, revelam que os EUA estão engajados numa política de poder global, no qual a América Latina constitui um objetivo estratégico, tendo em vista o uso de seus recursos naturais: petróleo e minérios estratégicos, bem como mão de obra barata.

Ao analisar todo esse panorama sob o ponto de vista militar, que é o objetivo desse estudo, passa-se a elencar os diversos aspectos que caracterizam o Exército Brasileiro.

Primeiro, a instituição militar profissional, típica dos Estados modernos, constitui uma “mentalidade” específica do profissional comprometido com a sua dada função social. Os Oficiais militares de formação bélica, e não o quadro técnico ou administrativo, ou seja, aqueles que efetivamente comandam as operações propriamente militares se veem como responsáveis pela segurança do Estado. O seu cálculo é racional, não movido por ideologia explícita e sim pela viabilidade técnica de vencer o inimigo. A primeira constatação nesse sentido é a enorme desigualdade material entre o Exército Brasileiro e as forças militares imperialistas. Foram narrados eventos em que o Alto Comando Militar brasileiro pôde constatar esse abismo em visitas a bases norte-americanas. A experiência na 2ª Guerra Mundial, na qual as unidades brasileiras constataram sua dependência do apoio logístico estadunidense, foi outro momento marcante na formação do imaginário militar nacional.

No caso do Brasil, dada a alta fragmentação social, a desigualdade econômica e a falta de instituições políticas desenvolvidas no grau necessário para aglutinar as diversas forças sociais, as Forças Armadas se apresentam como a Instituição melhor posicionada em termos de organização, visão nacional, presença capilar no território brasileiro, portadora de doutrinas políticas sistematizadas, entre outros aspectos, para manter o grau de coesão social. Os militares brasileiros tiveram, ao longo da história, e particularmente em todo o período republicano, uma decisiva participação na política nacional, a ponto de se tornar corrente e fazer-se referência ao “poder moderador” que as Forças Armadas representariam na contenção dos conflitos políticos.

Nesse sentido, a permanência da instituição no tempo é uma questão central para os militares. E nesse mister, a coesão e a unidade da corporação são pressupostos fundamentais. A operação realizada pelo Estado Novo, baseada no anticomunismo, conseguiu disciplinar a tropa enquanto aquele regime se manteve. No período pós 2ª Guerra, o país voltou a se deparar com a polarização política, dessa vez em torno dos caminhos para o desenvolvimento econômico. Opunham-se partidários do livre mercado e os partidários da estatização de áreas estratégicas. O Exército assumiu um protagonismo nesse debate, porém, dividido. Não mais na forma de grupos armados em rebelião, mas de uma forma institucionalizada, por meio do Clube Militar, uma associação de classe em que se disputavam os cargos de presidência e diretoria,

tendo por base discursos políticos ressonantes com o debate maior que ocorria no âmbito nacional.

As eleições no Clube Militar mostravam a opinião dos Oficiais e oferecia um ambiente para politização partidária na própria instituição. Novamente, o imperialismo, que havia estabelecido relações muito próximas com membros do Alto Comando do Exército Brasileiro com o episódio da participação da Força Expedicionária Brasileira na 2ª Guerra, não perdeu tempo e usou todos os meios para isolar e enfraquecer a vertente nacionalista.

Um dos temas mais importantes que se tornou o centro das lutas políticas entre liberais e nacionalistas, no Exército Brasileiro, foi justamente o regime de exploração do petróleo. Dada sua importância militar e econômica, esse tema constituiu objeto de capítulo específico, em que foram analisados os argumentos dos representantes mais destacados de cada partido: o liberal Marechal Juarez Távora e o nacionalista General Horta Barbosa. Após uma breve exposição sobre a importância geopolítica do petróleo e o interesse dos EUA nesse recurso estratégico, foram apresentados os pontos de vista em oposição.

Os argumentos do General Horta Barbosa foram inatacáveis, fundamentados e ilustrados com exemplos de países da América do Sul que estavam à frente do Brasil no assunto: Argentina e Uruguai, ambos haviam instalado refinarias de petróleo estatais, as quais vinham demonstrando a capacidade técnica e administrativa desses países em gerir indústrias desse tipo. Os argumentos do Marechal Juarez Távora baseavam-se em preconceitos, lançavam suposições que vinham sendo derrubadas uma a uma. Supunha que o país era incapaz de produzir petróleo sem “apoio” estrangeiro. No final, acabou sendo obrigado a aceitar o regime de exploração estatal, com a criação da Petrobras, resignando-se apenas a apostar no seu insucesso, como fizeram os políticos da União Democrática Nacional.

Ao analisar as hipóteses infere-se que, por um lado, o imperialismo operou com toda sua força para “ganhar a adesão” do Alto Comando militar. Considerando o critério “racional” específico do campo militar, isto é, que trata do domínio das possibilidades reais de vencer o inimigo, e dada a ampla desigualdade material entre as Forças Armadas brasileiras e as forças militares imperialistas, não se apresenta de forma encorajadora o enfrentamento militar entre forças tão díspares. Quanto à segunda hipótese, não ficou claro se o partido liberal estava representando interesses de classe. Entende-se que os militares não perdem de vista o interesse institucional, ainda que estabeleçam alianças com outros grupos sociais. Nesse sentido, a adoção do liberalismo – portanto do anticomunismo – pode estar vinculada a um recurso

ideológico para impor a coesão institucional, uma vez que o Alto Comando passaria a contar com aliados poderosos na classe dominante brasileira e no próprio imperialismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo investigar hipóteses para o surgimento, no Exército Brasileiro, nos anos de 1945 a 1954, de um “partido liberal” combatendo um “partido nacionalista”, particularmente no campo econômico.

A questão se coloca porque o liberalismo econômico tem se mostrado uma opção incapaz de levar ao desenvolvimento material, social e militar. É difícil para um país periférico resistir às pressões de megaempresas internacionais, bem como de governos das nações desenvolvidas, sem que se apoie numa unidade política centralizada, que controle o território e os recursos naturais e que fomente a industrialização.

Nesse percurso de investigação, foram estudados autores que retrataram a ação imperialista das grandes potências com relação aos países do Terceiro Mundo. Então, como se explica que uma parte do Exército Brasileiro tenha adotado a visão liberal econômica e viesse a se tornar hegemônica na instituição? Duas hipóteses foram propostas: o receio de uma reação do imperialismo, caso o Brasil adotasse uma política “nacionalista”; e a vinculação dos liberais a interesses de classe.

O exame dessas hipóteses se fez com base na revisão bibliográfica sobre temas como relações internacionais, economia, Estado, classes sociais, nacionalismo, história do Exército Brasileiro e relação entre política e Exército Brasileiro. Munido dessas referências, partiu-se para a análise dos argumentos de dois líderes militares: o General Horta Barbosa, “nacionalista”, e o Marechal Juarez Távora, “liberal”. Os argumentos foram analisados à luz das percepções teóricas em conflito na época: a do “desenvolvimentismo nacionalista” e a do “neoliberalismo”.

Isto posto, as hipóteses foram analisadas, concluindo-se que o imperialismo, de fato, operou fortemente em defesa de seus interesses; no entanto, não ficou claro o caráter de classe do partido liberal, sendo provável que sua aliança com as frações de classe interessadas nessa concepção constituía uma aliança tática, visando objetivos institucionais como a garantia da coesão interna pelo acúmulo de poder no Alto Comando, associado a essas frações de classe hegemônicas.

Getúlio Vargas, embora um político hábil, sucumbiu às enormes pressões articuladas desde os EUA, tendo em vista que foi identificado como um obstáculo aos interesses da

potência, pela sua capacidade de arregimentação de forças populares e nacionalistas, em contradição frente ao império.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o Cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: **Vargas e a Crise dos Anos 50**. Ângela de Castro Gomes (Organizadora). Editora Relume Dumará. Rio de Janeiro. 2011.
- AFFONSO, Almino. **1964 Na Visão do Ministro do Trabalho de João Goulart**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2014.
- ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. **Ideologia Nacional e Nacionalismo**. Editora PUC-SP. São Paulo. 2014.
- _____. **Uma Ilusão de Desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK**. Editora da UFSC. Florianópolis. 2006.
- _____. Apontamentos sobre imperialismo, soberania e anti-imperialismo na alvorada do século XXI. **Revista Lutas Sociais**. Nr. 9/10. 2003. PUC-SP. São Paulo. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18976>, acesso em 09/10/2018.
- ARRIGHI, Giovanni. *Il Lungo XX Secolo: denaro, potere e le origini del nostro tempo*. Il Saggiatore. Milão. 2014.
- ARRUDA, João Rodrigues. **O Uso Político das Forças Armadas e Outras Questões Militares**. Mauad X. 1ª Edição. Rio de Janeiro. 2007.
- BARBOSA, Júlio Caetano Horta. **Problemas do Petróleo no Brasil**. Oficina Gráfica da Livraria do Globo. Porto Alegre. 1947.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A Construção do Nacionalismo Econômico de Vargas. In: **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade/ Pedro Paulo Zahluth & Pedro Cezar Dutra Fonseca (orgs.)**. Editora Unesp. São Paulo. 2012.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Editora Contraponto. 5ª Edição. Rio de Janeiro. 2004.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Ou o ofício de historiador. Editora Zahar. Rio de Janeiro. 2002.
- BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. **A Construção Política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência**. Editora 34. São Paulo. 1ª Edição. 2014.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. *EL Gran Tablero Mundial: la supremacia estadounidense y sus imperativos geoestratégicos*. Editora Paidós. Barcelona. 1997.
- CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. Editora Papirus. 17ª Edição. Campinas. SP. 2017.
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 2006.

- CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat. Autonomia Militar e Construção da Potência. In: **As Forças Armadas no Brasil**. Editora Espaço e Tempo. Rio de Janeiro. 1987.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO; Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 3a Edição. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 2008.
- COELHO, Edmundo Campos. **Em Busca de Identidade**. O Exército e a política na sociedade brasileira. Editora Record. Rio de Janeiro. 2000.
- COSTA, Murilo Gomes da. Desafios estratégicos na projeção do Brasil no Atlântico Sul. **Tensões Mundiais** (Edição Temática): A defesa do Atlântico Sul. Fortaleza. V. 21, N. 22, P. 323-346, 2016.
- COUTINHO, Lourival. **O General Depõe...** Livraria Editora Coelho Branco. 2ª Edição. Rio de Janeiro. 1956.
- CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada**. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. Editora Unesp. São Paulo. 2003.
- DHENIN, Miguel; RODRIGUES, Thiago. O Papel do Militar-Estadista na Construção do Monopólio Estatal do Petróleo no Brasil. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 64, p. 32-48, jan./abr. 2017, disponível em: <https://www.esg.br/publi/periodicos-cientificos/RESGv32n64.pdf>, acesso em 09/03/2019.
- DINIZ, Eli. O Estado Novo: Estrutura de Poder, Relações de Classes. In: O Brasil Republicano, v. 3. **Sociedade e Política** (1930-1945) / por Ângela Maria de Castro Gomes...[et.al.] – 3ª ed. – Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 2004
- DULLES, John W. F. **Getúlio Vargas. Biografia Política**. 2ª Edição. Editora Renes. Rio de Janeiro. 1967.
- FARIAS, Oswaldo Cordeiro de (1901-1981). **Diálogo com Cordeiro de Farias**: meio século de combate/Oswaldo Cordeiro de Farias; entrevista a Aspásia Camargo e Walder de Góes. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora. 2001.
- FAUSTO, Boris. **O Pensamento Nacionalista Autoritário (1920-1940)**. Jorge Zahar Editor. São Paulo. 2001.
- FERREIRA, Roberto Martins. **Organização e Poder**: Análise do Discurso Anticomunista do Exército. Editora Anna Blume. 2005.
- FERREIRA, Oliveiros S. **Vida e Morte do Partido Fardado**. Editora Senac. São Paulo. 2000.
- FUSER, Igor. **O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003)**. Dissertação de Mestrado. Programa Santiago Dantas. São Paulo – SP. 2005.
- GILPIN, Robert. *The Political Economy of International Relations*. Princeton University Press. New Jersey. 1987
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes**. Editora Contraponto. Rio de Janeiro. 2006.

GREMAUD, Amaury Patrick e Outros. **Economia Brasileira Contemporânea**. 7ª Edição. Editora Atlas. São Paulo. 2009.

HOBSON, John. *Estudio del Imperialismo*. Alianza Editorial. Madrid. Espanha. 1981.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado. Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares**. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro. 1996.

_____. **A Ordem Política nas Sociedades em Mudança**. Editora USP. São Paulo. 1975.

HUNT, E.K.; LAUTZENHEISER, Mark. **História do Pensamento Econômico** – uma perspectiva crítica. Tradução da 3ª Edição. Editora Campus Elsevier. Rio de Janeiro. 2013.

JAGUARIBE, Hélio. Prefácio. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes**. Editora Contraponto. Rio de Janeiro. 2006.

KLARE, Michael T. *Sangre y Petróleo: peligros y consecuencias de la dependencia del crudo*. Ediciones Urano AS, Barcelona, Espanha. 2006.

KLEIN, Naomi. **A Doutrina do Choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 2008.

KORYBKO, Andrew. *Hybrid Wars: the indirect adaptative approach to regime change*. Universidade da Rússia. Moscou. 2015.

KUNHAVALIK, José Pedro. **Os militares e o conceito de nacionalismo: disputas retóricas na década de 1950 e início dos anos 1960**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª Edição. Atlas. São Paulo. 2003.

LÊNIN, Wladimir. **Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo**. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000022.pdf>. 1916.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. **História do Direito do Trabalho no Brasil**. Curso de Direito do Trabalho. Vol. 1. Parte II. LTr Editora Ltda. São Paulo. 2017.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A desordem mundial: o espectro da total dominação: Guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. A Doutrina de Segurança Nacional: Pensamento Político e Projeto Estratégico. In: **Militares: Pensamento e Ação Política**. Eliézer Rizzo de Oliveira (Organizador). Editora Papirus. Campinas. 1987.

PEIXOTO, Antônio Carlos. “O Clube Militar e o Confronto no Seio das Forças Armadas (1945-1964)” e “Exército e Política no Brasil: uma crítica dos modelos de interpretação”. In: *Os Partidos Militares no Brasil*. Editora Record. Rio de Janeiro. 1980.

PINHEIRO, Paulo Sérgio de M. S. **Política e Trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1975.

- PINTO, Sérgio Murillo. **Exército e Política no Brasil**. FGV Editora. Rio de Janeiro. 2016.
- POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. Editora Martins Fontes. 1ª Edição. São Paulo. 1977.
- PRODANOV, Cléber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do Trabalho Científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª Edição. Universidade Feevale. Novo Hamburgo. Rio Grande do Sul. 2013.
- RIBEIRO, Valéria L. **A China e a economia mundial: uma abordagem sobre a ascensão chinesa na segunda metade do século xx**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.
- ROSA, Virgínio Santa. **O Sentido do Tenentismo**. Editora Alfa-Ô mega. 3ª Edição. São Paulo. 1976
- ROUQUIÉ, Alain, et al.. Os Processos Políticos nos Partidos Militares do Brasil: Estratégia de pesquisa e dinâmica institucional. *In: Os Partidos Militares no Brasil*. Editora Record. Rio de Janeiro. 1980.
- SAES, Guillaume Azevedo Marques de. **O Desenvolvimento Brasileiro Segundo a Visão Militar 1880-1945**. Editora Primus. Curitiba. 2015.
- SAUER, Ildo L.; RODRIGUES, Larissa Araújo. Pré-sal e Petrobras além dos discursos e mitos: disputas, riscos e desafios. **Estudos Avançados**. vol.30 n.88 São Paulo Sept./ Dec. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000300185 acesso em 01/11/2018.
- SILVA, Hélio. **O Poder Militar**. L & PM Editores Ltda. Porto Alegre. 1984.
- SILVA, Lígia Osório. Projeto Nacional e Politização das Forças Armadas. *In: Militares e Política*. Barbosa, Jefferson Rodrigues e Outros. Expressão Popular. São Paulo. 2018.
- SINGER, André. Cutucando Onças com Vara Curta. O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos**, 102, pp. 42 a 71. Julho de 2015. Disponível em: http://www.adcefetj.org.br/arquivos/13_10_15_01.pdf, acesso em 01/11/2018.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Expressão Popular. 2ª Edição. São Paulo. 2010.
- SCHULZ, John. **Exército na Política: origens da intervenção militar 1850-1894**. Edusp. São Paulo. 1994.
- SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello**. Companhia das Letras. São Paulo. 2010.
- STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política**. Editora Artenova. São Cristóvão. Rio de Janeiro, 1975.
- TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas. 3º volume: voltando à planície**. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro. 1977.

_____. **Uma vida e muitas lutas. 1º volume: da planície à borda do altiplano.** 5ª edição. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1974.

_____. **Uma vida e muitas lutas. 2º volume: a caminhada no altiplano.** Prefácio de Afonso Arinos de Melo Franco. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1974.

TEIXEIRA, Aloísio; et. al.. **Desenvolvimento:** o debate pioneiro de 1944-1945. IPEA. Brasília. 2010.

UGARTE, José Manuel. Doutrina de Segurança Nacional. *In: Dicionário de Segurança e Defesa*, Héctor Luís Saint-Pierre e Marina Gisela Vitelli (orgs.). Editora Unesp. São Paulo. 2018.

ZAVERUCHA, Jorge. **Rumor de sabres:** tutela militar ou controle civil? São Paulo, Ática, 1994.